

SEÇÃO DE TRADUÇÃO

Translation

A PERFORMANCE ANTES DO PERFORMATIVO,
OU
A TERCEIRA DIMENSÃO DA LINGUAGEM
La performance avant le performatif
ou
la troisième dimension du langage

Barbara Cassin
*Traduzido por Luana de Conto**

“[...] isso que podemos chamar adequadamente
uma retórica moderna, um outro estudo
sistemático do modo como podemos alcançar um
efeito ou ser afetados pelos atos de fala, a saber, a
obra *How to do things with words*, de Austin, que
é um apanhado de notas para suas conferências
(como são também os textos de Aristóteles),
publicadas postumamente.”

Stanley Cavell¹

“Nada nos impede de traçar uma *linha* onde nós
queiramos e onde nos seja conveniente.”

J. L. Austin²

* Pós-Graduação em Letras UFPR.

¹ “[...] ce que l'on peut appeler à juste titre une rhétorique moderne, une autre étude systématique de la façon dont on peut avoir un effet ou être affecté par des actes de discours, à savoir l'ouvrage d'Austin *How to do things with words*, qui est un recueil de notes pour des conférences (comme le sont les textes d'Aristote) publiées à titre posthume”. Stanley Cavell, 2001, p. 335.

² “Rien ne nous empêche de tirer un *trait* là où nous le voulons et où cela nous arrange”. J. L. Austin, 1970, p. 123.

I. FILOSOFIA, RETÓRICA, SOFÍSTICA

COMO “AGE” EXATAMENTE O LOGOS?

Eu gostaria de começar traçando um horizonte de problemas e um ângulo de ataque.

Meu ponto de partida é a frase, muito conhecida, em que Górgias caracteriza o *logos* no *Elogio de Helena* (82 DK 11§8, t. II, p. 290) :

Λόγος δυνάστης μέγας ἐστίν, ὅς σμικροτάτῳ σώματι καὶ ἄφανεστάτῳ θεϊότατα ἔργα ἀποτελεῖ

frase que eu proponho que se traduza: “O discurso é um grande soberano que, com o menor e mais inaparente dos corpos, performa os atos mais divinos”.

Três termos devem ser sublinhados, termos que remetem senão ao ato de linguagem, ao menos à linguagem como ato. A diferença entre ambos, ato de linguagem e linguagem como ato, é exatamente o que estou buscando questionar.

Δυνάστη: é o primeiro determinante do λόγος. Notemos que eu traduzo λόγος por “discurso” procurando encobrir sob o manto desse termo todas as distinções anteriores contidas em francês¹; com efeito, para compreender como “esse discurso” adotado por Górgias (ὅδε ὁ λόγος, §3) pode servir de ponto de partida para uma reflexão sobre o ato de linguagem legitimamente, é importante notar que a amplitude semântica do grego λόγος é muito mobilizada nessa passagem, principalmente por meio do jogo constante entre singular e plural. Poderíamos, por exemplo, traduzir (ou supertraduzirⁱⁱ) as ocorrências dos parágrafos 9 a 13, conforme for o caso, não somente por “linguagem”, “fala”, “discurso”, no singular, mas também no plural, por “gêneros literários”, “doutrinas e tratados”, “discussões”, “frases e palavras”. Simultaneamente, o termo também se relaciona à *ratio* enquanto formalização racional (ἐγὼ δὲ βούλομαι λογισμὸν τινὰ τῷ λόγῳ δούς, §2, “eu quero, dando lógica ao discurso”) e enquanto proporção (τὸν αὐτὸν δὲ λόγον ἔχει ἢ τε τοῦ λόγου δύναμις πρὸς τὴν τῆς ψυχῆς τάξιν, “há a mesma relação entre poder do discurso e disposição da alma que entre dispositivo das drogas e natureza dos corpos” §14). Enfim, o λόγος, tanto aquele que Górgias apresenta quanto o que pôde persuadir Helena, os dos poetas e dos oráculos, os dos meteorologistas, dos oradores e dos filósofos, é um “soberano”: conforme Chantaine³, δυνάστης é quem tem “o poder de

³ *Dictionnaire de la Langue Greque* de Pierre Chantaine, em que me baseei para tudo que se segue.

agir” em geral, e principalmente o “poder político”, como Zeus (Sófocles), os chefes de uma cidade (Heródoto, Platão), um príncipe ou um rei (Tucídides). A palavra é antes de mais nada poder de agir.

Αποτελεῖ: este é o primeiro verbo que define esse poder de agir. É composto de τελέω, “alcançar, levar a termo, realizar” uma obra, uma empreitada, uma ação, em conformidade com a ambiguidade de τέλος, o “fim” enquanto termo, objetivo, e de ἀπό que reforça a conclusão de algo até o fim, exatamente como o *per* de “performa”. Poderíamos vertê-lo para “completar”ⁱⁱⁱ, mas eu escolhi “performa” para fazer entender o que nos interessa.

Ἔργα: é o que é performado. O termo, da mesma raiz de *work*, participa de dois grandes sistemas de oposição: ação / inação (em Hesíodo, por exemplo), e ato / palavra, palavra vazia (tanto no singular quanto no plural, de Homero a Tucídides, passando pelos tragediógrafos). Essa oposição tradicional entre a palavra e o ato, entre o verbal e o real, é evidentemente o que a nossa frase de partida põe em curto-circuito. Ela o faz não sem se beneficiar da amplitude do sentido de ἔργον, e do seu plural, “obra, atividade, ocupação, trabalho, afazer, manobra”, que ligam o real do ato e o real da obra: o λόγος performa os atos/as obras mais divinas. Essa ambiguidade, de que não trataremos mais, parece-me acompanhar a questão da performance da mesma forma como ela se constituiu na Antiguidade, e mesmo sempre.

Prossigamos na frase, para explicitar o ângulo de ataque:

Δύνανται γὰρ καὶ φόβον παῦσαι καὶ λύπην ἀπηλεῖν καὶ χαρὰν ἐνεργάσασθαι καὶ ἔλεον ἐπανξῆσαι.

“De fato, ele tem o poder de pôr fim ao medo, afastar a tristeza, produzir a alegria, aumentar a piedade”.

Dois novos verbos devem ser incorporados ao dossiê, confirmando o poder de agir do λόγος. Δύνανται: o dinasta “tem o poder de”, o poderoso “pode”. Pode fazer o quê? Aumentar ou diminuir paixões primeiras (πάθημα, ἔπαθεν §9). Um dos verbos que trata da ação de uma paixão é mais notável que os demais, e aparentemente pouco frequente: ἐνεργάσασθαι, mal traduzido por “produzir” a alegria (que, por sua vez, está longe de querer dizer χάρις, a “graça” que verte Atena sobre a cabeça de Ulisses para que ele mostre em sua força e sua beleza, o “favor” e o “reconhecimento”, o “prazer” e o “deleite”); esse termo retoma ἔργον, o ato/a obra que a linguagem performa enquanto ato; na verdade, ἐργάζομαι (aqui em composição com ἀνά, talvez no sentido de produzir “de forma nova”^{iv}, ou de “fazer subir” a alegria) já é por si só vertido para *to perform* no dicionário Liddle Scott Jones. A alegria é uma das performances mais divinas que o λόγος realiza.

Eis a questão que eu gostaria de propor agora: em que tudo isso que foi descrito excede a retórica? Não podemos simplesmente desdobrar a primeira frase sobre a segunda, a segunda sobre uma terapia da alma, subjetiva, e o todo sobre uma função persuasiva de tipo retórico? Enfim, a ação da linguagem não se confunde com a retórica? Não é desse modo que se pensa habitualmente a cada vez que um filósofo lê um sofista?

Eu gostaria de testar precisamente um outro ponto de vista, utilizando a noção de performance. Daí minhas traduções. O que está em jogo, que se mostrou com toda clareza quando reli *How to do things with words*, é o estatuto da retórica. Direto ao ponto: será que se faz necessário contar^v dois em matéria de discurso, ou se deve contar três?

As questões logo se encadeiam. Qual é a identidade do terceiro termo? Para a filosofia, o terceiro, o intruso, é a logologia sofisticada^{4,vi}, e a filosofia faz “inexistir” esse terceiro termo na medida do possível em seu benefício e em benefício da retórica, que ela assujeita. Para Austin, o terceiro termo é a retórica, que aparece como que de imprevisto, mas para quem ele tenta garantir um lugar entre o ilocucionário, que ele “inventa”, e o locucionário, que ele circunscreve. A filosofia grega e Austin não compartilham as mesmas evidências, mas são ambos confrontados com uma terceira dimensão da linguagem – “diz-mensão” para, com Lacan, colocar ortograficamente os pontos nos *is*⁵.

A DUPLA CAPTURA FILOSÓFICA: A SOFÍSTICA É A RETÓRICA E A RETÓRICA É A FILOSOFIA

Contar dois é a que a filosofia nos habituou. Quando falamos, podemos “falar de algo” ou “falar a alguém”, com um “ou” não exclusivo, evidentemente. “Falar de algo”, desvelar, descrever, demonstrar, é na maior parte do âmbito da filosofia, da mesma maneira que da ontologia e da fenomenologia. “Falar a”, persuadir, causar efeito sobre o outro, é do âmbito da retórica. Do ponto de vista da *philosophia perennis*, não há terceira dimensão da linguagem.

Por consequência, a própria segunda dimensão é aspirada pela primeira.

Testemunhamos, na verdade, um desdobramento duplo. De um lado, aquilo que poderia exceder a retórica, a saber, algo como a performance sofista arraigada na linguagem enquanto ato, é desdobrado sobre a retórica.

⁴ Sobre o termo “logologia”, eu me permito remeter a *L'Effet sophistique* (CASSIN, 1995), em particular p. 113-117.

⁵ “Le mieux est que je fasse un effort et que je vous montre comment je l'écris: dit-mension.” [É melhor que eu faça um esforço e mostre a vocês como eu escrevo: diz-mensão.] Lacan, 1976, p. 42.

De outro, a retórica se torna, mais ou menos tranquilamente, assunto da filosofia. A terceira dimensão, aquela que poderia servir para esboçar qualquer coisa como a sofística, é apropriada, junto com a retórica, pela filosofia normal, normatizada, normativa, e o fluxo pontencialmente potente, ativo e autônomo do ato linguístico se encontra agora domesticado pela ontologia.

Pode-se descrever muito precisamente dois pontos de desdobramento.

Primeiro ponto: a sofística é a retórica. O *Górgias* de Platão institui essa equivalência como evidência de partida, mas deixa de mencioná-la no restante do texto. “Górgias – inquire Sócrates –, diga-nos você mesmo como, de que arte, devemos lhe chamar sabedor” [αὐτὸς ἡμῖν εἰπὲ τίνα σε χρὴ καλεῖν ὥς τίνος ἐπιστήμονα τέχνης]. A resposta de Górgias: Τῆς ῥητορικῆς, ὃ Σὼκράτης, “da retórica, Sócrates”. “Devemos então chamar você de orador?” [Ρήτορα ἄρα χρὴ σε καλεῖν;] “É um bom orador, Sócrates” (449a) [Ἀγαθόν γε, ὃ Σώκράτης]. A sofística é a retórica, e é o sofista em pessoa quem o dissera. Mesmo se, de acordo com toda probabilidade e contra a aparência tramada por Platão de um sempre já lá da retórica, testemunhamos nessa mudança ao momento de invenção da palavra ῥητορικὴ [sc. τέχνη], como alhures da palavra σοφιστικὴ, pelo próprio Platão⁶.

Segundo ponto: ora, a retórica é assunto da filosofia. Isso é verdade para Platão, já que o *Górgias* e sua retórica-sofista, “operária da persuasão” (πειθοῦς δημιουργός, 453a), não se compreendem senão submetidos ou transcendidos pelo *Fedro*, com a ascensão de uma retórica filosófica que se confunde, por sua vez, com a dialética e visa a uma audiência de deuses⁷. A boa retórica, então, é a própria filosofia. Do mesmo modo, pode-se sustentar que com Platão a retórica desaparece, já que ela se confunde seja com a sofística, quando é retórica ruim, seja com a filosofia, quando é boa retórica.

Esse extremismo filosófico, que equivale à aniquilação da retórica como tal, é desde então menos convincente que a perspectiva aristotélica, segundo a qual a retórica é uma τέχνη, e mesmo uma ἐπιστήμη toda à parte: sua “função própria não é persuadir” como em Platão, mas “enxergar os meios de persuadir que cada assunto comporta”⁸ e ela deve “fazer a teoria do persuasivo que convém a cada caso”⁹. A retórica, antístrofe da dialética¹⁰,

⁶ Acerca dessa questão, remeto ao artigo muito convincente, a meus olhos, de Edward Schippa, “*Rhêtorikê*, what’s in a name. Toward a revised history of early greek historical theory” (SCHIPPA, 1992, p. 2-15). Ele a desenvolveu de diversas maneiras, especialmente em *The Beginning of Rhetorical Theory in Classical Greece* (SCHIPPA, 1999).

⁷ Permito-me remeter nesse ponto às análises de *L’Effet sophistique* (CASSIN, 1995, p. 414-423), que então eu tratava via a leitura proposta por Élio Aristides.

⁸ *Retórica*, I, 2, 1355 b 10s: οὐ τὸ πείσαι ἔργον αὐτῆς, ἀλλὰ τὸ ἰδεῖν τὰ ὑπάρχοντα πιθανὰ περὶ ἕκαστον.

⁹ δύνاميς περὶ ἕκαστον τοῦ θεωρησάι τὸ ἐνδεχόμενον πιθανόν, *ibidem*, 1355b 25sq.

¹⁰ É a primeira frase da *Retórica*, 1354a1.

ora existe por si mesma sem dúvida e pertence com todo direito ao Organon. A sofística será, nessa perspectiva, um simulacro da filosofia, ligado à retórica enviezada por uma intenção ruim e mal conceituada, propondo uma série de receitas ao invés de uma teoria e um método. A sofística não quer compreender que a retórica prescinde do regime discursivo geral que é o apofântico, que o “falar a” é e deve ser submisso ao “falar sobre”.

Ora, essa submissão é, acredito, o ponto crucial que determina a ancoragem filosófica, *grosso modo* até em Perelman e via a latinidade. A violência do gesto pode ser lida no paradoxo a seguir, que Aristóteles institui no início de sua *Retórica*: “A retórica é útil porque o verdadeiro e o justo são naturalmente mais fortes que seus contrários”¹¹. Mas por que diabos haveria necessidade, então, de algo como a retórica, se o verdadeiro e o justo são “naturalmente” mais fortes que o falso e o iníquo? A meu ponto de vista, a única resposta, não explícita, é que a retórica deve ajudar a verdade que tenha uma força natural maior, exatamente como a arte ajuda ou “perfaz” a natureza: assim, na *Física*, “em certos casos, a arte alcança o que a natureza é incapaz de atingir até o final e, em outros casos, imita”¹². A filosofia conta dois, falar sobre e falar a, mas que lembram aquilo que cai no colo de alguém, sob o regimento da verdade que governa o falar sobre.

Sem terceira dimensão: o falar como ato não entra numa conta como essa. O que mais poderia se aproximar disso, um λέγειν λόγου χάριν, “falar por falar” ou “pelo prazer de falar”, é radicalmente excluído pelo livro *Gama* da *Metafísica*¹³. Há certos enunciados que para Aristóteles escapam do regime da verdade: assim a oração não é verdadeira nem falsa. Mas nenhum enunciado escapa do regime do sentido que funda o princípio da não contradição, conforme a equação “evidente” segundo a qual falar é dizer alguma coisa, dizer alguma coisa é significar alguma coisa, uma única coisa e a mesma coisa para si e para outrem. Ou, precisamente, aqueles que recusam a decisão do sentido e o princípio de não contradição são esses mesmos que Aristóteles descreve como aqueles que “falam por falar”, os sofistas, que sustentam isso que pode ser uma linguagem enquanto ato. Esse redobramento do λέγειν λόγου χάριν seria suscetível a exceder não somente a verdade, mas também a persuasão, *a fortiori*, já que o falar a (a persuasão) é regido filosoficamente pelo falar sobre (a verdade). Ou ainda,

¹¹ χρήσιμος δέ ἐστιν ἡ ῥητορικὴ διὰ τε τὸ ψύσει εἶναι κρείττω τὰ ληθῆ καὶ τὰ δίκαια τῶν ἐναντίων, *ibidem*, 1355a 21-22, com um texto que não se exime de problemas (*te/ge*, om. *to*). Essa frase não deixa de relembrar o título de Vaclav Havel: *L'amour et la vérité doivent triompher de la haine et mensonge* (HAVEL, 2007).

¹² *Física*, II, 8,3 199a 15s: μὲν ἐπιτελεῖ ἃ ἡ φύσις ἀδυνατεῖ ἀπεργάσασθαι, τὰ δὲ μιμνῆται, onde se nota a proximidade com o vocabulário de Górgias no *Elogio* (δυναστῆς, ἀποτελεῖ, ἐνεργάσασθαι).

¹³ Sobre esse ponto, ver *La Décision du sens* (CASSIN; NARCY, 1998).

antecipando as distinções austinianas, o poder autônomo da linguagem desse modo posto em prática poderia ser assunto mais da força que do efeito. Mas essa logologia é remetida por Aristóteles para fora do sentido, semelhante a um λόγος de planta, isto é, um não λόγος, ao mesmo tempo em que são excluídos da humanidade aqueles que, como Protágoras, mantêm sua recusa ao princípio de não contradição.

Evoco o regime normal do sentido, o regime normatizado por Aristóteles, que nos determina ainda hoje que nós saibamos e desejemos ou não, porque é sobre essa base que se sobressai a invenção de Austin, em seus desvios e ambiguidades.

II. LOCUCIONÁRIO, ILOCUCIONÁRIO, PERLOCUCIONÁRIO

“A THIRD KIND OF ACT”: QUE TERCEIRO?

“Let us contrast both the locutionary act *and* the illocutionary act with yet a third kind of act”¹⁴. A invenção austiniana consiste em contar três. Meu propósito é equivalente: quais são os pontos de similaridade entre o número três sofisticado, refreado pela filosofia, e o número três “inventado” por Austin e desconhecido, diz ele, pela filosofia que lhe antecedeu? Qual é a relação entre a logologia e o ilocucionário? A questão que eu coloco é retrógrada, como a força da verdade segundo Nietzsche: em que Austin pode contribuir para esclarecer aquilo que, na Antiguidade, excede a filosofia e a retórica, ao menos a retórica pensada filosoficamente, i.e. desdobrada sobre a filosofia?¹⁵ Dito de outra maneira: como pensar a performance antes do performativo? As reflexões que se seguem não fazem nada além de abrir esse canteiro.

Mas, para formular melhor a questão entre logologia e ilocução, é necessário de início apontar uma diferença essencial: a ordem de aparição dos protagonistas; antigos: (1) a filosofia, (2) a retórica, depois (3) a sofisticada,

¹⁴ *How to do things with words* (AUSTIN, 1980, p. 101). A tradução francesa *Quand dire, c'est faire* (AUSTIN, 1970), foi feita com base na primeira edição inglesa de 1962 (da Oxford University Press). Eu recorrerei à tradução francesa existente ou/e à segunda edição inglesa, com eventualmente uma tradução de meu punho.

[N.T. A tradução em português se baseia na versão da autora, vertendo para o português as citações em francês, citadas pela autora, bem como vertendo as próprias traduções da autora.]

¹⁵ O Centre Léon Robin consagrou seus dois últimos seminários anuais (2007-2009) à temática “Definições filosóficas e definições retóricas de retórica”. Creio, de minha parte, que a retórica pensada retoricamente é totalmente distinta da retórica pensada filosoficamente, seu nome mais exato é muito provavelmente “sofística”.

que a filosofia renega (assimila ou expulsa); modernos: (1) o locucionário, (2) o ilocucionário, (3) o perlocucionário. Porque é ele “a terceira espécie de ato” para Austin, e evidentemente não o ilocucionário, mesmo que seja o ilocucionário que tome sua atenção. É impressionante constatar que o perlocucionário, que, como veremos, funciona como o nome austiniano da retórica, apareça somente depois da evidência do locucionário e da descoberta do ilocucionário¹⁶. O que para a filosofia vem em segundo, como bem conhecido e dominado (a retórica), é o que vem em terceiro na economia austiniana, como um terceiro a se re-explorar: eu tomo isso como um convite a recolocar em circulação o estatuto da retórica.

A relação que convém questionar é, portanto, a relação entre, do lado grego, “falar de”, “falar a”, “falar por falar”, ou seja, adotando a terminologia corrente da filosofia: filosofia, retórica, sofística, e do lado austiniano, locucionário, perlocucionário, ilocucionário. Minha pergunta se baseia nos limites da analogia entre essas tripartições. Proponho organizar as ideias ao modo do quadro seguinte, quadro que todo o restante do texto deverá questionar e explicitar. Já compreendemos que a ordem das colunas traz a indicação do ponto de vista: a ordem vertical (1 filosofia, 2 retórica, 3 sofística) é na verdade uma ordenação filosófica e não austiniana. Ela indica que “para nós”, filósofos e historiadores da filosofia, é o logológico/o ilocucionário que estão em questão.

1	2	3
Locucionário	Perlocucionário	Ilocucionário
falar de	falar a	performar
Filosofia	Retórica	Sofística
<i>sentença normal</i>	<i>“convencer, persuadir, impedir, e</i>	<i>“Eu me desculpo”</i>
<i>“O gato está no tapete”</i>	<i>mesmo surpreender ou induzir ao erro”</i>	<i>“A sessão está aberta”</i>
<i>[He obeys]</i>	<i>“I got him to obey”</i>	<i>“I ordered him and he</i>
<i>meaning</i>	<i>effects</i>	<i>obeys”</i>
<i>(“sense and reference”)</i>	<i>(“producing effects”)</i>	<i>strenght, force</i>
<i>of saying</i>	<i>by saying</i>	<i>(“bound up to effects”)</i>
<i>Truth</i>	<i>Persuasion</i>	<i>in saying</i>
		<i>Felicity</i>

As três dimensões da linguagem

¹⁶ “Notre intérêt, dans ces conférences, va essentiellement à l'illocutoire, dont nous voudrions faire ressortir l'originalité. On a constamment tendance en philosophie à l'escamoter au profit des deux autres. Il en est pourtant distinct”. Austin, trad. fr. p. 115 (cf. ingl. p. 103).

A REVOLUÇÃO ILOCUCIONÁRIA?

Austin desperta a filosofia de seu sono apofântico. Partamos desse despertar que, a crer em Austin, está em curso de “produzir uma revolução na filosofia”: “Se alguém quiser chamar essa a maior e mais salutar revolução de sua história, pensando bem, não é uma pretensão extravagante”¹⁷. A revolução consiste em isolar as enunciações (*utterances*) que são gramaticalmente afirmações (*statements*)¹⁸, que não são sentenças nonsense, que não constatam, que não descrevem nem relatam nada, que não são verdadeiras nem falsas, e que são “tais que a enunciação da frase é a execução (ou parte dela) de uma ação, que normalmente não saberíamos descrever como, ou ‘somente’ como, o ato de dizer alguma coisa [*as, or as ‘just’, saying something*]”¹⁹. Há aí algo de excepcional, aí também, no que diz respeito à norma ontológica aristotélica: uma afirmação (não uma questão nem uma oração) que, sem carecer de sentido, carece de verdade. É verdadeiro, contudo, aristotelicamente verdadeiro, que toda questão de ficção, por meio de qualquer enunciado sobre um bode-cervo, sentido sem referência, é suscetível a se perder nessa caracterização se a descrição pára por aí, e Austin mesmo não se deterá muito tempo nessa questão embaraçosa²⁰.

Os exemplos, previne Austin, são “decepcionantes”: pontuais, pequenos, excepcionais, o “sim” dos noivos, “eu deixo meu relógio ao meu irmão”, “eu batizo esse barco de *Queen Elizabeth*”, “eu aposto seis pence que choverá amanhã” ... Contudo, resulta que eles têm em comum uma propriedade característica muito sólida: enunciar a frase não é nem descrever o que faço nem afirmar que o faço, “é fazê-lo”, “*it is to do it*”²¹. O ato de

¹⁷ Austin, trad. fr. p. 39 (cf. ingl. p. 4).

¹⁸ Não me agrada traduzir *statement* por *affirmation*: uma afirmação não designa uma frase negativa, uma negação, em linguagem ordinária, posto que um *statement* pode muito bem ser negativo. “O gato não está no tapete” é um *statement*, que *state* um estado de coisas, e corresponde, além disso, a um “enunciado”, termo que certos tradutores reservam para *utterance* (ver a introdução aos *Ecrits philosophiques* (AUSTIN, 1994, p. 17-19)). Observamos ainda 1) que uma ambiguidade desse gênero já era grega: *apophansis*, “declaração”, tem como par *apophasis*, embora uma das duas entradas de *apophasis* no dicionário signifique também “declaração”, a outra entrada de *apophasis* – indiscernível – significa “negação” (e isso não deixou de causar problemas na interpretação no *Organon* de Aristóteles); 2) que, quando *statement* é traduzido por “enunciado” e *utterance* por “enunciação”, em especial nas últimas conferências, nada nisso que diz Austin garante que a diferença *statement/utterance* seja equivalente à diferença “enunciado/enunciação” – nem ainda, é verdade, que a diferença *language/speech* equivalha ao tripé “langue/langage/parole”: a tradução não faz milagres.

¹⁹ Austin, ingl. p. 5, cf. fr. p. 40.

²⁰ Para uma tipologia do sentido aristotélico que dá lugar à ficção, eu me permito remeter a *La Décision du sens*, (CASSIN; NARCY, 1998, p. 58), e ao seu desenvolvimento em *L'Effet sophistique* (CASSIN, 1995, p. 333-336). [N.T. Sugerimos que se consulte *O Efeito Sofístico* (CASSIN, 2005, p. 107-111), a respeito do problema do bode-cervo.] O lugar da ficção, e mais em geral da literatura, é certamente um nó da reflexão contemporânea sobre Austin (ver, por exemplo, Jacques Derrida, “Signature, évènement, contexte” (1972, p. 365-393).

²¹ Austin, ingl. p. 6, cf. fr. p. 41.

fala, entende-se, não é o ato de falar, mas o ato em que se fala, o ato que se enuncia. É ele que é atuado, executado, quando o enunciamos. Ou, como diz perfeitamente Benveniste ao comentar a conferência de Austin em Royau-mont: “O ato se identifica portanto com o enunciado do ato. O significado é idêntico ao referente”, e, ainda mais claro: “O enunciado *é* o ato”²².

Algumas notas são necessárias para desobstruir o terreno comparativo.

É visível logo de início, por um medievalista ou um jurista, em todo caso, que a invenção austiniana não é assim tão nova nem tão pouco teorizada quanto parece ao mencionar. Seu exemplo do testamento ou do batismo testemunham isso, como todas as fórmulas de sacramentos, promessas e leis. O ato de fala intervém desde sempre na história do pensamento, de maneira ora crucial ora marginal. Faz parte do jogo dessa coletânea limitar, com relação à norma apofântica, os domínios da exceção, que são o domínio mágico e o sagrado, desde a criação divina até a fórmula sacramental, o domínio político-jurídico, com o direito romano, o domínio literário, com o estatuto do poeta e do *auctor*.

É visível, igualmente, que os exemplos austinianos, sem grande relevância, não têm muito a ver, como afirmação de uma “terceira dimensão” da linguagem, com a amplitude da “dinastia” do *logos* de que compartilho e que, em todo caso, eles não poderão se confundir com ela.

Para buscar compreender melhor a relação entre o extremo que é o “performativo” e a noção mais vasta, vaga e genérica, de “performance”, eu gostaria de começar com algumas observações sobre a família terminológica dessas palavras.

Em seguida, eu gostaria de fazer a comparação entre essas terceiras dimensões, não diretamente, mas indiretamente, através da diferença entre aquilo que elas não são (i.e. as outras duas dimensões respectivas). E mostrar como é a dificuldade, até para o próprio Austin, de traçar uma fronteira nítida entre perlocucionário e locucionário de um lado, e entre perlocucionário e ilocucionário de outro, que o leva a propor uma noção mais vasta e mais genérica: a noção de *speech-act*, digamos “ato de fala”, muito mais próxima de “performance”.

Retomarei, então, a logologia sofisticada em dois pontos muitos precisos: na maneira como ela opera uma leitura da filosofia em termos de *speech-act*, com o Górgias leitor de Parmênides; e na maneira em que ela excede, ao mesmo tempo, a filosofia ou o regime locucionário normal, e a retórica ou o perlocucionário, com a *epideixis*, que não descreve em termos de verdade, que não produz mais só um efeito de persuasão, mas realiza com felicidade aquilo que chamo de efeito-mundo.

²² “La philosophie analytique et le langage” (BENVENISTE, 1963, p. 274).

“*TO PERFORM*” – “*PERFORMANCE*” E “*PERFORMATIVE*”,
PER-FORMATIVO E PER-LOCUCIONÁRIO

Performative / “performativo” é uma invenção de Austin, aclimatada ao francês pelo próprio Austin já no *Colloque de Royaumont*²³, e em breve justificado e apropriado por E. Benveniste: “Já que *performance* já está em uso, não haverá dificuldade em introduzir *performativo* no sentido particular que ele toma aqui. De resto, não se faz nada além de trazer de volta em francês uma família lexical que o inglês tomara do francês antigo”²⁴.

O inglês, conforme *Klein’s Comprehensive Etymological Dictionary of English Language*, teria forjado *performance* a partir do velho francês “*parfournir*” (do latim *perfunire*) ou/e de “*parformer*”, antes que o francês o emprestasse ao menos três vezes, a crer no *Dictionnaire Culturel de la Langue Française* de Alain Rey: em 1869, por analogia com o vocabulário dos turfistas, o termo significa a “maneira de desenvolver um assunto, de executar uma obra em público”; em 1953, ele significa o “resultado individual da realização de uma tarefa”; em 1963, ele se opõe, na esteira de Chomsky, à “competência”. É um termo bilíngue e em movimento, que reúne o esporte (performance-record), a técnica (performance-rendimento de uma máquina), a psicologia (teste de performance), a linguística (performance/competência) e a arte moderna (performance-*happening* – sem esquecer a apresentação teatral, acepção possível em inglês). É difícil não acrescentar que hoje a performance ocupa os bastidores na França, com a avaliação e a cultura do resultado, com o risco de debochar do trabalho²⁵.

Quanto a *performatif*, acrescenta simplesmente Benveniste, o termo é regularmente formado, como *résultatif*, *prédicatif*, ou como o outro termo austiniano, o *constatif*.

O que me interessa, contudo, é a diferença entre o nome e o adjetivo substantivado. Só o adjetivo *performative* (*sentence* ou *utterance*, de que fazemos elipse, como em *rhetorikê* ou *sophistikê* <*tekhne*>) é inventado e marcado por Austin; quanto ao verbo *to perform* e ao substantivo *performance*, não é fácil de distinguir do significado comum e do significado já marcado. Tenho uma tendência a pensar (mas meu inventário não é sistemá-

²³ “Performatif-constatif” (AUSTIN, 1962, p. 271-281).

²⁴ “La philosophie analytique et le langage” (BENVENISTE, 1963, nota 4 p. 270).

²⁵ Assim: “Eu vejo na avaliação a recompensa da performance. Se não há avaliação, não há performance” (Discurso do Sr. Presidente da República Francesa, à ocasião do lançamento da reflexão por uma estratégia nacional de pesquisa e inovação, Elysée, 22 de janeiro 2009), ou: “A cultura do resultado e da performance sempre esteve no centro de minha ação. Não devemos ter nenhum tabu em relação aos números e eu sempre preconizei a maior transparência” (Discurso do Sr. Presidente da República Francesa, em Reunião com os principais responsáveis pela segurança, pela cadeia penal e pela Educação nacional, 28 de maio de 2009).

tico) que é o significado usual inglês que é usado regularmente, mesmo que ele não possa ser contaminado pela carga terminológica do adjetivo. Assim, lê-se no cap. VIII, em que aparece a terceira espécie de ato: “We shall call the performance of an act of this kind the performance of a ‘perlocutionary’ act and the act performed [...] a perlocution”²⁶. A performance é claramente indiferente ao tipo de ato performed (Austin, em outro momento, conclui a frase anterior com a expressão: “the performance of the locutionary or the illocutionary act”).

“The performance of a perlocutionary act”. Gostaria de apontar um caminho fazendo um redemoinho terminológico que aparentemente sou a única a experimentar, já que Austin por sua vez não dá sinal de ter sido afetado por isso: não se deve confundir o *per-* de *perlocução* com o *per-* de *performativo*. Os dois não têm nada a ver. O *per* de *performativo*, como aquele de *performance*, denota a realização de algo “até o fim” (*apo-telei* na frase de Górgias), enquanto que o *per* de “perlocução” denota o meio, a saber o “*by*” de “*by saying*”²⁷: é “por meio” do dizer, e não “no” próprio dizer (“*in saying*” característico do ilocucionário ou performativo), que age o perlocucionário. No *per-formativo*, o enunciado é o ato em si, no *per-locucionário*, o enunciado é o meio de agir e produzir um efeito. Contudo, quando eu escolhi o vocábulo “performance” para traduzir *epideixis* (terminologia de Platão sobre a discursividade dos sofistas, sobre a qual voltarei mais longamente), desde o *Efeito sofístico*, ele me parecia propício para introduzir na retórica alguma coisa da ordem da *Wirklichkeit* – fazendo, se se pode dizer, uma confusão dos prefixos *per*.

Vejamos agora como ligar termo a termo o antigo e o novo.

LOCUCIONÁRIO/APOFÂNTICO

Acredito que podemos aceitar sem muito dano a equivalência entre “locucionário” ou “constativo” austiniano e o “falar sobre” ou “apofântico” aristotélico. Nos dois casos, ocorre o regime normal do discurso, esse que a filosofia pensa e pratica, ligado, ao menos na antiguidade, à ontologia e à fenomenologia, que se pode designar por redução como “ilusão descritiva” e

²⁶ Ingl. p. 101. Não encontramos a família terminológica na tradução francesa, que verte “to perform an act” em “produire un acte” (‘produzir um ato’), e a frase citada em “Nous appellerons un tel acte *perlocutoire*, ou une *perlocution*” (p. 114) (‘Chamaremos tal ato de *perlocucionário*, ou uma *perlocução*’). Essa não tradução não tem nada de falso, ela revela que *performance* e *perform* são não marcados.

²⁷ Austin é com certeza perfeitamente consciente desse sentido para o *perlocucionário*; pois: “Nós diremos ‘por seu ato de B-ar, ele C-ou’, preferentemente a ‘B-ando’. Eis porque chamamos C um ato *perlocucionário*, e o distinguimos do ilocucionário.” (fr. 118/107).

que Austin considera em princípio como aquele a que os filósofos dedicaram atenção exclusiva²⁸. Um *normal statement* é um *logos apophantikos*: “o gato está no tapete” corresponde a “Sócrates é branco”. Ambos dizem alguma coisa, *legein ti* para Aristóteles e *say something* para Austin, e mesmo “dizem algo sobre alguma coisa”. Eles têm em ambos os casos uma relação com *meaning*, com *sêmeinein*, com a significação, isto é, com o sentido e com a referência, e eles são passíveis de verdade e falsidade, *true/false*, *alêthes/pseudos*. Logo, pode-se sobrepor sem problemas a descrição que nos dá Aristóteles para enunciado proposicional no início do *De Interpretatione* (cap. 1 e 4) e a descrição que nos dá Austin para *statement* no início do *How to do thing with words*, descrição rápida mas que será revista, explicitada ou completada mais de uma vez na sequência do texto.

PERLOCUCIONÁRIO/RETÓRICO, OU O EVITAMENTO DA “RETÓRICA”

Não é muito difícil não aceitar a equivalência entre perlocucionário e retórica, dado certo número de singularidades. Já sublinhamos uma primeira diferença quanto à aparição da noção, como terceiro termo, posterior ao constativo-apofântico e ao performativo. De fato, é somente na oitava conferência – oitava de doze, então no último terço^{vii} –, intitulada “Locutionary, Illocutionary, and Perlocutionary Acts”, que Austin introduz nossa “terceira espécie de ato”.

A retórica como terceira, que seja, apesar de a palavra “retórica” não aparecer nem nesse capítulo nem, salvo erro de minha parte, onde quer que seja em todo o livro. Todas as suas características aí estão, mas não o nome. Ora, Austin, grande conferencista perante a *Aristotelian Society*, com certeza não desconhecia Aristóteles, que, junto com Kant, lhe serviu para desenhar os contornos da filosofia transmitida por uma tradição que ele não considera continental. Há aí qualquer coisa da ordem do evitamento. Ao que me permitam uma observação. Se tenho tanto prazer em ler Austin, é porque, assim como Aristóteles, ele não esconde nada dos pontos que possam contrariar a máquina que ele arquiteta, mas ao contrário: explicitá-los o faz muito frequentemente avançar. É também por isso que o que ele não cogita dizer quando se espera que o faça, seu ponto cego se preferirmos, é algo do mais alto interesse para uma interpretação e uma sequência.

²⁸ “Os filósofos supuseram por muito tempo que o papel de uma afirmação [*the business of a statement*] não ia além de descrever um estado de coisas ou de afirmar um fato qualquer [*state some fact*], o que ela não poderia fazer sem ser verdadeira ou falsa [*which it must do either truly or falsely*]” (cap. 1, trad. fr. p. 37 /ingl. p. 1). Ou, depois da *seachange*, remetendo a essa mesma “ilusão descritiva” da primeira conferência: “podemos afirmar que os filósofos reduziram por muito tempo todos os problemas a problemas de ‘uso locucionário’” (VIIIª conf., trad. fr. p. 113, ingl. p. 100).

O evitamento da palavra retórica provém, acredito, de um desconforto definicional ou, mais exatamente, de uma incomensurabilidade. A retórica, bem como a filosofia ou a sofística, não é um “*statement*”. Mas é necessário dar mais um passo: se há um *statement* normal ou próprio à filosofia, i.e. o constativo em oposição ao performativo, não há *statement* próprio à retórica. Austin não dá jamais um exemplo de perlocucionário, análogo a “o gato está no tapete” para o locucionário tradicional, ou a “a sessão está aberta” para o ilocucionário revolucionário (esse último gênero, porém, dá lugar por sua vez a uma série de levantamentos, distinções e taxonomias, tanto voluntárias quanto problemáticas, sempre retomadas com energia, e todas atadas a uma série de exemplos). Para o perlocucionário, ao invés de um *statement* passível de citação, nós encontramos constantemente algo como uma descrição de *statements* ou, mais exatamente, uma descrição de atos perlocucionários: “Thirdly, we may also perform *perlocutionary acts*: what we bring about or achieve *by* saying something, such as convincing, persuading, deterring, and even, say, surprising or misleading”²⁹. Embaixo do chapéu da distinção-chave *of saying, in saying, by saying*, reencontramos dentro do *by saying* os traços tradicionais característicos da retórica *peithous dêmiourgos*, a “operária da persuasão” de Górgias e, como tal, capaz de enganar, mas incapaz de qualquer enunciado próprio. A impossibilidade de definir por traços intrínsecos um enunciado ou uma enunciação perlocucionária é corroborada pelo fato de que “claramente, *qualquer*, ou quase qualquer, ato perlocucionário, se as circunstâncias forem oportunas para tal, é suscetível a ser produzido, com ou sem premeditação, por qualquer enunciação, e em particular por uma enunciação pura e simplesmente constativa (supondo que tal criatura exista)”³⁰. Assim, ao observar apofanticamente que lá está o lenço de sua mulher, eu produzo um efeito perlocucionário maior: eu lhe persuado que ela está traindo você.

Essa instabilidade extensiva está ligada à definição complexa dos atos perlocucionários, que não se reduzem a um único *statement* nem ao *statement* apenas. Eles, na verdade, empregam não apenas uma argumentação e uma discursividade estendida no tempo, mas a recepção por uma audiência: “atos que nós provocamos ou realizamos através do fato de dizer uma coisa”³¹. Esse “ou”, que liga um ato (ato que nós realizamos) e uma consequência sobre outrem (ato que nós provocamos), administra, para o bem e para o mal, a

²⁹ IX, p. 109, cf. fr. 119: “Nós definimos os atos perlocucionários: atos que nós provocamos ou realizamos *pelo* fato de dizer uma coisa. Exemplos: convencer, persuadir, impedir e mesmo surpreender ou induzir ao erro” (os itálicos em inglês são de Austin) [N.T. citação da autora da tradução francesa].

³⁰ Ingl. p. 110, tradução da autora, cf. fr. p. 120.

³¹ Trad. fr. p. 119: “what we bring about or achieve *by* saying”, ingl. p. 109.

diferença entre aquele que fala e aquele que ouve, característica da retórica enquanto “falar a”, bipolarizada entre um orador e uma audiência. O *statement* não deve ser, portanto, a unidade de medida que convém à retórica.

O *SEA-CHANGE*

De certa maneira, Austin trata a retórica/o perlocucionário como faz a filosofia: ele lhe atribui uma vocação para se esvaecer. Observaremos, por outro lado, que o perlocucionário não aparece (fim da conferência VII, depois VIII, IX, X) senão para desaparecer (ele não está mais em questão nas duas últimas conferências). Contudo, a introdução do perlocucionário tem um papel essencial: papel de catalisador para o célebre *sea-change*, a “transformação marinha”³², que permite acessar a teoria geral dos atos do discurso. Hannah Arendt utiliza às vezes a mesma expressão, em comparação à frase de René Char “Nossa herança não é precedida de nenhum testamento”. Tanto Austin quanto Arendt consideram que “o fio da tradição se rompeu”³³. Essa “transformação marinha”, naturalmente não dialética, não deixa nada subsistir mas também não faz nada desaparecer, como diz Ariel em *The Tempest* (I, 2): “Full fathom five thy father lies / Of his bones are coral made / Those are pearls that were his eyes / Nothing of him that doth fade / But suffer a sea-change / Into something rich and strange”³⁴.

O *sea-change* é designado como tal somente na XII e última conferência, e sobriamente definido como “aquilo que tem sucesso em passar da distinção performativo-constativo para a teoria dos atos do discurso” (150, cf. fr. 152). Mas ele remete à “confusão” (*tangle*) evocada no final da VII conferência, que obriga a adotar “um novo começo” (*a fresh start to the problem*):

It is time then to make a fresh start on the problem. We want to reconsider more generally the senses in which to say something

³² p. 150 (cf. fr. p. 152, “passage radical”).

É necessário observar uma primeira ocorrência da expressão *sea-change*, acerca do uso parasita ou do atrofiamento da linguagem, e em particular do performativo, na repetição ou citação (por um ator, em um poema, mas também “em geral”), claramente apontado por Derrida no artigo mencionado. Para Austin, “um enunciado performativo será cru ou vazio de uma maneira particular se, por exemplo, é formulado por um ator em cena ou introduzido em um poema ou proferido em um solilóquio. Mas isso se aplica de maneira análoga a qualquer enunciado que seja: trata-se de uma transformação marinha devido à circunstâncias especiais” (ingl. p. 22, cf. fr. p. 55 “reviravolta”). Veja também Stephen Mulhall “Sous l’effet d’une transformation marine: crise, catastrophe et convention dans la théorie des actes de parole”, (MULHAL, 2004, p. 305-323).

³³ É o movimento de “La brèche entre le passé et le futur” (ARENDT, 1972, p. 12-27).

³⁴ “Há cinco braças de profundidade jaz teu pai, de seus ossos são feitos os corais, as pérolas são o que eram seus olhos, nada dele se esvai, mas ele sofre uma transformação marinha em algo rico e estranho.”

may be to do something, or in saying something we do something (and also perhaps to consider the different case in which by saying something we do something). Perhaps some clarification and definition here may help us out of our tangle. For after all 'doing something' is a very vague expression. When we issue an utterance whatsoever, are we not 'doing something'?³⁵

É então a última conferência, intitulada “Locutionary, illocutionary and perlocutionary acts”, que opera o *sea-change* efetivamente. O aspecto nomotético é sublinhado: Austin “batiza” o ato locucionário (*blur*, 94/109), “nomeia” o ato ilocucionário (*call*, 98/112)³⁶, e introduz a “terceira espécie de ato” que ele “nomeia” perlocucionário (*call*, 101/114). Ele distingue então nesse momento três, e não duas, entidades, que ele inclui no gênero dos “atos de discurso”; enfim ele os define de maneira harmoniosa e comensurável: “to say something” (94/fr. 109) se torna um “act *of* saying something”, um “ato de dizer alguma coisa” (100/fr. 113), simétrico ao *by saying* característico do perlocucionário e ao *in saying* do ilocucionário.

Vejamos abaixo, para organizar os conceitos, uma esquematização do *sea-change*.

1ª taxonomia	<i>sea-change</i>	2ª taxonomia
Constativo/Performativo		Locucionário/Ilocucionário/Perlocucionário
(cap. 1-8)		(cap. 8-12)
<i>statements, sentences</i>		<i>speech-acts</i>

A “transformação marinha”

Contudo, olhando de perto, nada está resolvido. A intervenção do perlocucionário faz somente com que o ilocucionário, objeto central de Austin, passe de uma dificuldade a outra. A primeira dificuldade é distinguir estritamente, à luz da primeira taxonomia, entre performativo e constativo.

³⁵ Fr. p. 107, ingl. p. 91s.

³⁶ Notemos que a palavra “*illocution*” apareceu uma única vez anteriormente, em uma nota da primeira conferência, visivelmente adicionada para remeter à elaboração posterior (“Formular uma enunciação constativa [...] é proferir uma afirmação. Formular uma enunciação performativa é, por exemplo, fazer uma aposta. Ver mais adiante, acerca das ilocuições” fr. n. ***, p. 41, ingl. n. 2, p. 6). Constatamos que é o “locucionário” que fornece o epônimo aos demais (“il-” e “per-”). Em contraparte, é a noção de “ato de linguagem”, pensada a partir do performativo e não do constativo, que fornecerá o gênero comum.

Daí a inserção da “terceira espécie de ato”, o perlocucionário, como recurso para resolver a dificuldade e a transformação marinha. Ora essa transformação que produz uma nova taxonomia de três elementos – locucionário, ilocucionário, perlocucionário – resulta em uma segunda dificuldade: distinguir estritamente ilocucionário de perlocucionário – sem mencionar que o locucionário já não está mais realmente distinto dos demais.

Nós voltaremos a essas dificuldades.

Mas é necessário sublinhar com ênfase que, se nada é resolvido, tudo é transformado. Pois o *sea-change* fez a passagem de uma concepção em termos de *statements* – nós vimos que o *statement* não convém ao perlocucionário, e talvez seja aí seu efeito autêntico de catálise – a uma concepção em termos de *speech-acts*, com um novo foco de interesse. “The total speech-act in the total speech-situation is the *only actual* phenomenon which, in the last resort, we are engaged in elucidating”, “O ato de discurso integral na situação integral é, por fim, o *único* fenômeno que procuramos *de fato* elucidar”³⁷.

SPEECH-ACT E PERFORMANCE

Com a passagem para os *speech acts*, ganhamos um outro ponto de vista sobre a relação entre performance e performativo, e uma apreciação da relação entre ato de linguagem e linguagem enquanto ato. Eu gostaria de sublinhar o que muda então.

a) LOCUCIONÁRIO E ILOCUCIONÁRIO: VERDADE E FELICIDADE

Partamos da distinção constativo/performativo. Ela retoma a distinção verdade/felicidade.

A verdade da enunciação constativa ‘Ele corre’ depende do fato de que ele corre. Em contraparte, [...] é a felicidade da enunciação performativa ‘eu me desculpo’ que faz com que eu me desculpe [*it’s the happiness of the performative ‘I apologize’ which makes it the fact I’m apologizing*]; e depende da felicidade da enunciação performativa ‘Eu me desculpo’ para que eu obtenha sucesso em me desculpar. Eis um modo de justificar a distinção ‘performativo-constativo’ – a distinção entre fazer e dizer³⁸.

³⁷ Início de XII, p. 148, cf. fr. p. 151. Essa é uma das *morals* a se tirar das análises austrianas.

³⁸ Fr. p. 75, ingl. p. 47.

Aristóteles o formula da mesma maneira para o constativo: é porque a neve é branca que “a neve é branca” é uma proposição verdadeira. Contudo, a diferença nos parece considerável entre a ponta (é porque eu falo ‘eu me desculpo’ que eu me desculpo), e a logologia sofisticada, com a amplitude retórica de seu efeito-mundo; é por isso que nos parecia tão difícil a analogia *stricto sensu* entre apofântico filosófico/performance sofisticada de um lado, e constativo/performativo de outro.

Ora, é essa diferença que se satisfaz quando a separação entre constativo e performativo se confunde. Como menciona muito adequadamente Cavell³⁹, o que produz a crise da distinção dual inicial constativo/performativo é o fato de que a distinção verdade/felicidade não possa se manter tal e qual. Há, em minha percepção, duas maneiras de descrever essa confusão. Aquela de Cavell, que se apoia sobre o que vem antes do *sea-change*, e faz sobressair a felicidade sobre a condição de verdade: “Nós somos desse modo levados a afirmar: para que uma enunciação performativa seja feliz, certas afirmações devem *ser verdadeiras*”⁴⁰. Austin constata então, como aponta Cavell, que “existem casos em que há risco de ver se fundir a distinção inicial e provisória entre constativos e performativos”⁴¹. E Cavell transforma essa crise em vitória:

De minha parte, eu não tenho a intenção de negar essas descrições, mas antes sublinhar que esse momento crítico representa para Austin uma vitória significativa, pois ele mostra que os performativos têm a mesma ligação inevitável com os fatos, que o processo de avaliação é o mesmo⁴².

Eu gostaria de enxergar a vitória em outro lugar, baseando-me no que vem após o *sea-change*. De fato, “nós poderíamos dizer que realizar um ato locucionário em geral é produzir também e *eo ipso* um ato *ilocucionário* – é assim que proponho que o chamemos”⁴³. Isso porque “a doutrina

³⁹ Stanley Cavell, “La passion” (CAVELL, 2001, p. 335). Nesse artigo, Stanley Cavell se prende a uma reavaliação do perlocucionário. Trata-se, para ele, de pensá-lo como “enunciação passional [*passionate utterance*]” em contraste ao caráter convencional e legal do performativo: “Uma enunciação performativa é uma oferta de participação à ordem da lei. E talvez possamos acrescentar: uma enunciação passional é um convite ao improviso no caos do desejo” (p. 337). Certamente, paixão e retórica estão associadas, como bastaria atestar com a frase do *Elogio de Helena* de que partimos. De modo que, diz Cavell, “minha ideia de enunciação passional é então, em resumo, um desejo de performance” (*ibid.*, p. 381). Mas Cavell não demonstra interesse pela diferença performance-performativo que me preocupa aqui.

⁴⁰ Austin, fr. p. 73, citado por Cavell, *ibid.*, p. 352.

⁴¹ Austin, fr. p. 80.

⁴² Cavell, *ibid.*, p. 355.

⁴³ Fr. p. 112 (“to perform a locutionary act is in general, we may say, also and *eo ipso* to perform an illocutionary act, as I propose to call it”, ingl. p. 98). Cavell também chama atenção para essa frase.

da distinção performativo/constativo é, com relação à doutrina dos atos locucionários e ilocucionários à luz do ato de discurso total, como uma teoria *restrita* [special] com relação à teoria *geral*”⁴⁴. *Eo ipso*, o locucionário é também um ilocucionário, porque ele é em princípio um ato. Com o ato de discurso integral, é a performance que recolhe a aposta. A relação de força se inverte. A verdade se encontra à frente da felicidade, como um caso particular. O que conta, e que surpreende, na relação verdade-felicidade não é tanto que a verdade seja necessária para que um performativo possa ser feliz (sim, há um estado de mundo, com condições e intenção, que determina a felicidade), mas que a sessão esteja de fato aberta quando um performativo é pronunciado em condições de felicidade. Dito de outra forma, quando o performativo é feliz, o constativo em que ele se transforma agora é verdadeiro. Parece-me que é por aí que nós passamos para além do performativo, indefinível *stricto sensu*, para alcançar uma performatividade expandida até a performance. Eu gostaria de deixar isso claro a partir de um exemplo recente e notável. “Yes we can” é um enunciado formalmente constativo, apofântico de acordo com toda sua aparência. Mas desde que o consideremos como um ato de linguagem em situação, compreendemos que esse constativo era em princípio e antes de tudo um performativo, até a Chicago Night, em que ele ganhou seu estatuto de constativo conforme o uso habitual. Como diz Górgias, “não é o discurso que representa o exterior, é o exterior que se torna revelador do discurso”⁴⁵. Todo constativo, em certas circunstâncias que o exemplo sofístico nos permitirá talvez discernir melhor, é um performativo feliz que se tornou verdadeiro. Longe do “deserto de uma precisão que se quer comparativa” (fr.81), nós reconheceremos que “a mesma frase pode ser empregada de duas maneiras conforme as circunstâncias” (fr. 89) e que, *eo ipso*, a diferença constativo/performativo considerada do ponto de vista do ato de linguagem se alarga até a diferença ontologia/logologia, por meio da diferença verdade/felicidade. Pois a diferença entre os enunciados não é uma diferença de natureza, mas uma diferença de uso, com tudo que a noção comporta de fluido e de perigoso para a ontologia, ao modo profundamente sofístico do *khresthai* e dos *khremata* gregos⁴⁶.

⁴⁴ Início da XIIª conf., ingl. p. 148, minha tradução; cf. fr. 151.

⁴⁵ οὐχ ὁ λόγος τοῦ ἐκτὸς παραστατικός ἐστιν, ἀλλὰ ἐκτὸς τοῦ λόγου μηνυτικὸν γίγνεται, Górgias, *Tratado do não-ser*, citado por Sexto Empírico, *Adversus Mathematicos* VII, 85 (=82 B 3 D.K., II, p. 282), comentado em *L'Effet sophistique*, (CASSIN, 1995, p. 70 seqq.).

⁴⁶ O próprio Austin cita as dificuldades de manter suas distinções em face ao “uso da linguagem”, e à noção de “uso” tão vazia e polissêmica quanto a de sentido. Assim para a distinção locucionário/ilocucionário, acerca do *eo ipso* que não tem nada de misterioso, “antes sendo um problema de número de significados de *so vague an expression as 'in what way are we using it'*” (ingl. p. 99, fr. p. 112), retomando ingl. p. 100: “the different uses of the expression ‘use of language’, ou ‘use of a sentence’ etc: – ‘use’ is a hopelessly ambiguous or wide word, just as is the word ‘meaning’, which it has become customary to deride”. E o mesmo para a distinção ilocucionário/perlocucionário: “We have

b) *DO APOFÂNTICO COMO ATO DE DIZER ALGUMA COISA*

Eu acrescentarei que é principalmente a felicidade que ganha, compartilhando com o sofista a satisfação que Austin experimenta ao *play^{viii} old Harry*⁴⁷ com o fetiche verdade-falsidade. A verdade é um caso particular da felicidade, é nesse sentido que a diferença verdadeiro/falso é um fetiche mal empregado, e é isso que encontraremos na análise do *Poema* de Parmênides que Górgias propõe. Para retornar à filosofia, o que de realmente novo sobre Aristóteles na descrição de Austin advém, parece-me, de quando o ponto de vista normal, isto é, filosófico, sobre o *normal statement*, cede ao ponto de vista propriamente austiniano do *speech-act* generalizado. O constativo se torna assim a segunda taxonomia: *act of saying something*.

Disso, ao menos, eu não vejo nenhum equivalente aristotélico possível. Falar é para Aristóteles, como para Homero e todos os gregos, sem dúvida, um certo tipo de ação, que implica toda uma série de atos físicos (fonação, articulação etc.) e mentais (intenção de significar, de designar, comunicar) que os tratados físicos, lógicos, metafísicos, de Aristóteles permitem detalhar⁴⁸. Porém, taxonomia alguma antes de Austin inscreve

already seen how the expression 'meaning' and 'use of a sentence' can blur the distinction between locutionary and illocutionary acts. We now notice that to speak of the 'use' of language can likewise blur the distinction between illocutionary and perlocutionary act" (ingl. p. 103, cf. fr. p. 113). Sobre o uso e sua relação com a sofística, eu me permito remeter a *L'Effet sophistique* (CASSIN, 1995), em parte p. 225-236 e 324-326. [N.T. Sugerimos a consulta de *O Efeito Sofístico* (CASSIN, 2005), p. 65-75]

⁴⁷ XII Conferência, p. 150, cf. fr. p. 153.

⁴⁸ Um trabalho fino de comparação será necessário para traçar o paralelo entre a decomposição aristotélica e a decomposição austiniana dos atos prescritos por λέγειν / *issuing an utterance* (ingl. p. 92) / produire une énonciation (fr. p. 108) / produzir uma enunciação. O vocabulário austiniano é explicitamente grego, mas muda o sentido dos termos, tanto com relação ao seu uso aristotélico quanto ao seu uso linguístico ("nós podemos convir", "nós chamaremos", diz Austin, fr. p. 108, ingl. p. 92s.). Para Austin, "dizer alguma coisa" (Aristóteles diria λέγειν τι), é realizar três atos, que ele chama fonético, fático e rético. "Fonético" designa a produção de sons (um animal pode operar um ato desse tipo: isso é perfeitamente aristotélico); "fático" designa a produção de "sons de um certo tipo", a saber, do tipo de palavras pertencentes a um vocabulário e compreendidas em certa gramática, daí produção de frases (há aí a conflagração de mais etapas aristotélicas, conforme uma outra visada além daquela das etapas do *De Interpretatione*, já que um exemplo plausível para Austin seria, concomitantemente a "o gato está no tapete", um non-sense (*sinloss*) gramaticalizado como "o atual rei da França é calvo" ou "ideias verdes dormem furiosamente", mas não um non-sense agramatical (*Unsinn*) como "gato completamente o se"); "rético", por fim, que ele define fazendo sentido e referência intervirem: "the rhetic act is the performance of an act of using these vocables with a *certain more-or-less definite sense and reference*" (p. 95, cf. fr. 110, grifo meu); notaremos que os exemplos "réticos" se restringem ao discurso indireto ("this is the so-called 'indirect speech'", p. 96): "Ele disse que o gato estava no tapete" de modo que é necessário acentuar o "*certain*" para compreender a tripartição: o sentido e a referência, nomear e reportar, são os atos "ancilares" realizados ao realizar o ato rético ("performed in performing the rhetic act", 97; cf. fr. 111 mod.). Austin conclui "Ainda que essas considerações sejam de grande interesse, elas não esclarecem nosso problema de oposição entre enunciação constativa e enunciação performativa" (ingl. p. 98, cf. trad. fr. 112 mod.). Por que ele as faz então? Por enquanto, eu dou a minha língua para o gato no tapete. [N.T. *donner sa langue au chat* é uma expressão que significa não ter ideia da resposta para a questão. A autora a manipula inserindo uma referência ao exemplo *the cat on the mat* utilizado por Austin.]

na noção de ato três tipos de atos distintos em sua relação com o *logos*, com essa economia preposicional radical, nem coloca o apofântico no nível comum, em posição não dominante, por esse viés. Embora se deva notar que, a cada senhor sua honra, é em primeiro lugar o ato de dizer alguma coisa – na plenitude aristotélica de seu significado normal – que é batizado de *performance*: “The act of ‘saying something’ in this full normal sense, I call, i.e. I dub, the performance of a locutionary act”⁴⁹.

É assim que a filosofia é integrada como uma modalidade, uma tonalidade da performance. A performance se confunde com a fala como ato e se distingue como o performativo, que se constitui como a sua fina ponta. Não pode mais se tratar de procurar estabelecer uma “lista de verbos performativos explícitos”, mas somente “a list of *illocutionary forces* of an utterance”, uma lista de forças ilocucionárias de uma enunciação (e não de “valores ilocucionários da enunciação”, como na tradução francesa, que essencializa de novo)⁵⁰. Estamos de retorno à retórica: é simples diferenciar o valor ilocucionário do valor perlocucionário?

C) ILOCUCIONÁRIO E PERLOCUCIONÁRIO: A FORÇA OU O EFEITO?

Partamos do perlocucionário e da “terceira espécie de ato”:

“Comparemos agora o ato locucionário e o ato ilocucionário com uma terceira espécie de ato.

Há ainda um outro sentido (C) segundo o qual performar um ato locucionário, e nele [*therein*] um ato ilocucionário, pode ser também performar um ato de uma outra espécie. Dizer alguma coisa produzirá frequentemente, ou mesmo normalmente, como consequências certos efeitos [*produce certain consequential effects*] sobre os sentimentos, os pensamentos ou as ações da audiência [*audience*], ou do orador [*speaker*], ou de outras pessoas [*other persons* – que outras?]: e isso pode ser feito com o desejo, a intenção, ou o objetivo de provocar esses efeitos [*with the design, intention or purpose of producing them*] [...] Chamaremos a performance de um ato dessa espécie de ato ‘perlocucionário’, e o ato performed [...] de ‘perlocução’”⁵¹.

Mais observações se desencadeiam.

⁴⁹ Início do cap. VIII, p. 95. “Eu chamo (eu batizo) o ato de ‘dizer alguma coisa’ nesse sentido pleno do termo: execução de um ato locucionário”, trad. fr. p. 109, em que se vê claramente a dificuldade de traduzir *performance* por “execução”.

⁵⁰ “What we need is a list of *illocutionary forces* of an utterance”, p. 150, cf. fr. 152.

⁵¹ Ingl. p. 101, tradução da autora (cf. fr. p. 114).

De início, a passagem de um tipo de ato a outro (*therein*, uma primeira maneira de dizer *eo ipso*) é normal e os limites são fluidos. Embora critérios de diferenciação ou marcas de reconhecimento sejam possíveis, o *sea-change* obriga a abandonar todas as dicotomias (e não somente aquela entre constativo/performativo que menciona Austin) e todas as raças “puras” (“a noção de pureza dos performativos não sobrevivera, salvo talvez à margem”), em benefício de “famílias mais gerais de atos de discurso relacionados e em recuperação”⁵². De fato, os exemplos de ato performativos são impuros de início, misturados tanto à locução: assim “He persuaded me to shoot her”, batizado *Ca*, sendo *C* o perlocucionário e *a* remetendo ao *A* da locução, que se enuncia em relação a ela “He said to me ‘Shoot her!’ meaning by ‘shoot’ shoot and referring by her *her*”; quanto à ilocução: “He got me to shoot her”, batizado *Cb*, *B* designando o ilocucionário que se enuncia em relação a ele “He urged (or advise, ordered etc.) me to shoot her”⁵³. É, por outro lado, porque “nada nos impede de fazer um traço onde queiramos e onde nos seja conveniente”⁵⁴.

O critério de diferenciação do perlocucionário, note-se bem, é a produção de efeitos, que devem ser intencionais, voluntários, não acidentais, em que eles revelam precisamente algo que se parece com a arte retórica. Não é tão frequente na retórica, contudo, dar conta de efeitos produzidos sobre o próprio orador, nem sobre outras pessoas além da audiência (quais pessoas? os telespectadores, os leitores? ou mesmo as pessoas de que se fala, Helena, por exemplo, enaltecida por Górgias, pessoas que constituem o resto do mundo, e até o próprio mundo através delas?). O perlocucionário vai de encontro então, por sua vez, a uma performance logológica de tipo sofisticado, descrita pela frase emblemática de Lyotard: “Não é o destinatário que é seduzido pelo destinador. O destinador, o referente, o sentido não estão menos sujeitos à sedução exercida do que o destinatário”⁵⁵.

⁵² Ingl. p. 150, cf. fr. 153. Nós já tínhamos: *a straightforward constative utterance* (if there is such an animal) p. 110 (fr. 120, “uma enunciação pura e simplesmente constativa (supondo que tal criatura exista)”), veja acima p. [14].

⁵³ O comentário de Austin, que consta do manuscrito de 1958 (relatado em nota por Gilbert Lane, p. 115), parece-se me muito apropriado: “1/ Tudo isso carece de clareza; 2/ em todos os sentidos que importam [A = locucionário e B = ilocucionário em oposição a C = perlocucionário] as enunciações não são todas performativas?”. Essa salada de exemplos é ainda mais suspeita quando se imerge na diferença entre as línguas. Mas a importância do rema, como discurso indireto, se revela com clareza. Aqui é que deveria situar a análise dos exemplos de perlocucionário dados por Cavell em seu artigo.

⁵⁴ Fr. p. 123. A versão inglesa diz: “it does not seem to prevent the drawing of a line for our present purposes where we want one”, p. 114, acerca das consequências do ato ilocucionário (“Nada nos impede de traçar uma linha que convenha àquilo que nós queiramos fazer, no instante em que queiramos um”).

⁵⁵ Lyotard, 1983, §148.

Os efeitos, justamente. É aí que a diferença entre perlocucionário e ilocucionário é constantemente sublinhada e que ela escapa constantemente. Nós fomos prevenidos: “a diferença entre ilocuições e perlocuções parece, mais que tudo, propensa a criar problema”⁵⁶. Lembremo-nos uma última vez os critérios. O ilocucionário faz alguma coisa *in saying*, “ao dizer algo” (“eu me desculpo”), ele tem uma “força” e é suscetível a “sucesso” ou a “insucesso” (*felicity/unfelicity*). O perlocucionário faz alguma coisa *by saying* “pelo dizer”, ele tem um “efeito” e produz consequências – em que, e isso merece ser observado, ele se coloca em princípio mais do lado da felicidade do que da verdade. Mas a diferença entre ilocucionário e perlocucionário, entre força e efeito, é ainda mais instável proporcionalmente do que o ilocucionário que, para ser feliz ou realizado, deve ser “ligado a efeitos”, *bound up with effects*. O ato ilocucionário é “ligado a” efeitos, mas sua função não é produzi-los, como o ato perlocucionário faz. De um lado então a ligação extrínseca, de outro a produção consequente, deveria se poder fazer a distinção.

Mas isso não é simples, decididamente. Pois, ao descrever essa ligação ilocucionária, Austin escreve que “um efeito deve ser *produzido* sobre a audiência para que um ato ilocucionário possa ser considerado realizado [*an effect must be achieved on the audience if the illocutionary act is to be carried out*, grifo meu]”⁵⁷. Essa é a no mínimo ambígua primeira das três maneiras pelas quais os atos ilocucionários são “ligados a” efeitos. Examinemos as três mais de perto:

a) *securing of uptake* (“assegurar-se de ter sido bem compreendido”): “Um ato ilocucionário não terá sido realizado com felicidade, ou com sucesso, se um certo efeito não for produzido. Isso não significa que por isso o ato ilocucionário seja ele mesmo a produção de um certo efeito. Simplesmente, não se pode afirmar que eu adverti minha audiência se ela não compreendeu minhas palavras ou não as tomou em um certo sentido. Um efeito deve ser produzido sobre uma audiência para que um ato ilocucionário possa ser considerado realizado”⁵⁸. Se ninguém compreendeu que a sessão está aberta ou que eu me desculpo, então é como se eu não tivesse dito nada. O papel da audiência é proibitivo, tanto quanto na retórica. E a casuística é considerada muito importante (podemos batizar quando estamos mudos, ou em língua estrangeira?).

⁵⁶ Fr. 120, ingl. 110.

⁵⁷ “Contudo, há [...] três maneiras em que os atos ilocucionários são ligados aos efeitos: e elas todas se distinguem da produção de efeitos que caracteriza o ato perlocucionário” (fr. p. 125) A 2ª ed. inglesa traz aqui um resumo mais claro: “So here are three ways, securing uptake, taking effect, and inviting a response, in which illocutionary acts are *bound up* with effects; and these are all distinct from the *producing of effects* which is characteristic of the perlocutionary acts” (p. 118, grifo meu). Isso será retomado no início da Xª conferência, fr. p. 129, ingl. p. 121.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 124 e 125 para tudo isso que se segue [ingl. p. 115-116].

b) *taking effects* (“tomar efeito”, que não deve ser confundido com “produzir consequências”); o exemplo é claro o suficiente: “‘Eu batizo este barco de *Rainha Elizabeth*’ tem como efeito somente nomear ou batizar o barco; e certos atos em seguida – como chamá-lo de *Generalíssimo Stalin* – serão agora nulos e inexistentes”. O arbitrário é aí claramente reivindicado: “nada nos impede de fazer um traço onde queiramos e onde nos seja conveniente, isto é, entre a realização do ato e todas as suas consequências [*between the completion of the illocutionary act and all consequences thereafter*]”⁵⁹. Pois, onde exatamente acaba o efeito sobre o mundo?

c) *inviting response* (“convidar a responder”). A diferença com a resposta ao perlocucionário é ainda mais delicada, já que é a ação do outro que constitui a resposta. Os exemplos exemplificam também as dificuldades ao fazer as distinções. A diferença verdadeiramente livresca, uma diferença de papel que não me parece remeter a nenhum sentimento linguístico, passa entre “Eu ordenei e ele obedeceu [*I ordered him and he obeyed*]”, e “Eu o fiz obedecer [*I got him to obey*]”⁶⁰. A segunda formulação implica, se eu compreendi bem, um ato perlocucionário de persuasão, ligado a modos diversos, de tipo retórico como “incitações”, uma “presença pessoal”, mas também, eventualmente, uma “influência que poderia ir em direção contrária”; e esse conjunto pode conter um ato ilocucionário diferente da ordem (“como quando eu digo: Eu o fiz fazer aquilo ao afirmar x [*I got him to do it by stating x*]”). Eu confesso que essas sutilezas me confundem, a tal ponto que eu não procuro mais traçar uma linha entre força e efeito.

Os exemplos já nos indicam isso, nós nos daríamos mal em nos ater a um critério gramatical, se fosse frouxo⁶¹. Mesmo a diferença “ao”/“pelo” (*in/by*), que é definicional e parece “particularmente apta” a distinguir ilocucionários e perlocucionários, não pode nos fornecer um texto confiável⁶². De fato, a singularidade genuína do ilocucionário, a que eu ainda não fiz jus, é a convenção: “Os atos ilocucionários são convencionais, os

⁵⁹ Fr. 123, ingl. 114.

⁶⁰ Fr. p. 125s. ingl. p. 117s.

⁶¹ Deixo de lado a discussão, que devia fazer intervir Benveniste e sua surpresa de que Austin não se atenha a esse critério que é o único certo a seus olhos: “Um enunciado é performativo porque ele nomeia o ato performado, donde Ego pronuncia uma fórmula contendo o verbo na 1ª pessoa do singular do presente” (BENVENISTE, 1963, p. 274). Esse teste é muito simples, “empregado com precaução”, pode nos dar, afirma Austin, uma lista de verbos da ordem de 10 na terceira potência, que é a lista dos “verbos performativos explícitos”, sempre ligados a atos ilocucionários (fr. p. 152, ingl. 149). A dificuldade reside evidentemente no fato de que, após o *sea-change*, não se trata mais de enunciados, mas de atos em situação.

⁶² “ ‘In saying I would shoot him I was threatening him’

‘By saying I would shoot him I alarmed him’

Will these linguistic formulas provide us with a test for distinguishing illocutionary from perlocutionary acts? They will not” (ingl. p. 122s; fr. p. 130). “These formulas are at best very slippery tests” (ingl. p. 131, fr. p. 136).

atos perlocucionários não são”, “O ato <ilocucionário> não é constituído essencialmente pela intenção ou pelo feito, mas pela *convenção* (que é, sem dúvida, um feito)”⁶³. É ela quem pode esclarecer a diferença entre efeitos e consequências: “Há evidentemente uma diferença entre aquilo que tomamos pela produção real de efeitos reais e aquilo que consideramos como simples consequências convencionais”⁶⁴. Contudo, ainda assim, as coisas não me parecem tão simples. Caímos no arbitrário da linha: quando eu digo “sim” no dia do meu casamento, a simples consequência convencional (eu me casar) seria separável dos efeitos reais? E a retórica, por sua vez, se concebe sem convenções, τόποι e ἔνδοξα, para manipular? Não se trata sem dúvida de efeito/ consequência/convenção no mesmo sentido, mas onde passam essas linhas de significado?

É certo que as distinções são “arbitrarizadas” pela transformação marinha. Eu quis simplesmente mostrar aqui como a passagem à teoria geral de atos de linguagem mina não somente a diferença entre constativo e performativo, e não somente a diferença entre locucionário, ilocucionário, perlocucionário, mas também a diferença entre locucionário performance e performativo.

III. PONTOS DE APLICAÇÕES SOFÍSTICAS, CRÍTICA DA ONTOLOGIA E POLÍTICA

Austin se vangloria ao fim de suas conferências por “deixar em pedaços dois fetiches (que estou – diz ele – bastante inclinado, confesso, a maltratar...), a saber: 1) o fetiche verdade/falsidade, e 2) o fetiche valor/fato [*value-fact*]”⁶⁵. Esse ponto de chegada constitui sem dúvida o melhor ponto de partida para uma comparação com a sofística. Tomarei dois exemplos, que tratarei tanto mais esquematicamente do que eles foram desenvolvidos em outros momentos cada um por si⁶⁶. Considerar, junto com Górgias, o *Poema* de Parmênides um *speech-act* é deixar em pedaços o fetiche verdade/falsidade, e fazer a felicidade primar sobre a verdade. Considerar, com Górgias, o *Elogio de Helena* uma performance capaz de produzir uma Helena inocente é zombar do fetiche valor/fato.

⁶³ Fr. p. 129, ingl. p. 121; fr. p. 134, ingl. p. 127.

⁶⁴ Fr. p. 112, ingl. p. 103: “There is clearly a difference between what we feel to be the real production of real effects and what we regard as mere conventional consequences”.

⁶⁵ XII e última conf., fr. p. 153; ingl. p. 151.

⁶⁶ Para Parmênides, veja *L'Effet Sophistique*, 1ère partie, 1, e *Parménide* (CASSIN, 1998). Para Helena, veja *L'Effet Sophistique*, 1ère partie, 2, e *Voir Hélène en toute femme. D'Homère à Lacan*, (CASSIN, 2000). Mais genericamente, sobre a política (sofística) como efeito de linguagem, veja *L'Effet sophistique*, 2ème partie. No que se segue, eu estou condensando as análises expressas no início de “Sophistique, performance, performatif” (CASSIN, 2007), conferência que abriu a questão performance-performativo, mas para deixá-la escancarada. [N.T. Aqui podemos sugerir ao leitor a leitura do primeiro capítulo do livro *O efeito sofístico* (CASSIN, 2005, p. 13-64).]

COMO GÓRGIAS LÊ O *POEMA* DE PARMÊNIDES ENQUANTO ATO DE LINGUAGEM

Na leitura que o tratado de Górgias *Sobre o não-ente ou sobre a natureza* opera do poema de Parmênides *Sobre a natureza ou sobre o ente*, tudo gira manifestamente ao redor da maneira em que se ligam o ser e o dizer. De duas coisas, uma, brutalmente separadas. Ou há o ser, *esti, es gibt sein*, e a tarefa do homem é dizê-lo fielmente: ontologia apofântica e constativa, descoberta e verdade, de Parmênides a Heidegger e de Aristóteles a Austin leitor de filosofia. Ou o ser não é e não existe além de no e pelo poema, o constativo só é aparente, porque ele não é nada além do produto de uma performance ilocucionária: o ser é um efeito do dizer, um ato de fala bem sucedido, de Górgias a Austin.

O procedimento de Górgias consiste em simplesmente chamar atenção sobre as operações e as condições da ontologia, como dizer enquanto produtor do ser. Elas se atêm, em princípio, a um certo uso que o poema faz da língua grega. É muito característica a maneira como o *Poema* faz passar de ἔστι a τὸ ὄν, do verbo ao particípio sujeito-substantivo, jogando com o conjunto disso que serão os significados de ἔστι: “é possível”, “é verdadeiro que” (como se diz: “é o caso que”), “é” no sentido de cópula e identidade, “é” no sentido existencial; fazendo trabalhar, por assim dizer em termos aristotélicos, a homonímia ou, ao menos, o πολλαχῶς, e a anfibia. O ente, o famoso τὸ ἔόν do fragmento VIII, foi tecido/tramado pelo poema, é um resultado e uma constatação. Há nisso, parece-me, uma maneira radical de fazer entender o *Poema* mais como um *total speech-act in a total speech-situation* do que como uma série de *statements*, e de fazer sentir a força ilocucionária de cada frase constativa. O *Poema*, então, enquanto ato de linguagem, com essa nova precisão de que o ato de linguagem é, ao menos também é, isso que eu gostaria de chamar em francês de *acte de langue* [ato de língua] – e por que esse termo não conviria a um “*total speech-act*”? A diferença das línguas se mantém sem dúvida estrangeira a Austin, não tópica, mas ele não aborda essa questão nem mesmo da intimidade e da singularidade da língua que ele fala e de que ele fala.

O efeito de limite ou de catástrofe produzido pela crítica sofista da ontologia consiste em mostrar que, se a ontologia é rigorosa, isto é, se ela não constitui um objeto de exceção com relação à legislação que ela instaura, então é uma obra-prima sofisticada. O que importa agora não é um ser que supostamente já esteja lá, mas o ser que o discurso produz. Górgias mede a amplitude da mudança de paisagem: o princípio mais certo de identidade não tem mais como fórmula “o ser é”, ou “o ente é o ente”, mas – essa é uma frase do *Tratado* – “aquele que fala fala”, e mesmo “aquele que diz diz

um dizer”⁶⁷. O *Poema* de Parmênides, como o *Tratado* de Górgias, é um ato de linguagem, sendo a diferença que ele tenta esconder – ou se esconder a si mesmo – sua “terceira dimensão”.

A presença do Ser, a imediatez da Natureza, e a evidência de uma palavra^{ix} que tem a responsabilidade de os dizer adequadamente, dissipam-se juntos: a física que a palavra assegurava dá lugar à política que o discurso performa. Onde, graças aos sofistas – os “mestres da Grécia” dizia Hegel – alcançamos a dimensão da política, como ἀγορά por um ἄγών: a cidade é uma criação contínua da linguagem, da ordem da felicidade e não da verdade.

ΕΠΙΔΕΙΞΙΣ E PERFORMANCE: EFEITO RETÓRICO E EFEITO-MUNDO

O status da ἐπίδειξις é central nessa perspectiva e o termo, que se pode muito justamente traduzir por “performance” – em sentido largo, do que já vimos a legitimidade austiniana – merece que nos demoremos um pouco nele.

Ἐπίδειξις é o nome que a tradição atribui, por excelência, à discursividade sofística. O termo foi consagrado por Platão (por exemplo *Hípias maior*, 282c, 286a; *Hípias menor*, 363c; *Górgias*, 447c⁶⁸), e designa o discurso seguido por Pródicos, Hípias, Górgias, que, em oposição ao diálogo de perguntas e respostas que Sócrates aprecia, se pode somente repetir, reproduzir *expressis verbis* a formulação e a enunciação contida.

Ao remeter à δειξις, a indicação, o dedo apontado, a ἐπίδειξις só é compreendida em contraste com a ἀπόδειξις. A ἀπόδειξις é recheada de todos os ἀπό (ἀποφαίνεσθαι, ἀπόφανσις) característicos da fenomenologia⁶⁹: é a arte de mostrar “a partir disso” que é mostrado, apoiando-se sobre ele, a arte de “demonstrar”; ela assinala o domínio do apofântico/constativo e do descobrimento/verdade. A ἐπίδειξις é a arte de mostrar “diante” e de mostrar “ainda mais”, seguindo os dois grandes sentidos do provérbio. Mostrar “diante”, publicamente, aos olhos de todos: uma ἐπίδειξις talvez como uma demonstração de força (disposição de um exército, em Tucídides por exemplo,

⁶⁷ Καὶ λέγει ὁ λέγων [...] ἀρχὴν γὰρ, οὐ λέγει δὲ χρώμα, ἀλλὰ λόγον, De MXG (esta é a outra versão do *Tratado* transmitida anonimamente em apêndice ao corpus aristotélico), G. §10, 980b (editado e traduzido no *Si Parménide* (CASSIN, 1980, p. 540-541)).

⁶⁸ É verdade que o leitor nem se dá conta ao ler as traduções. Assim, encontra-se sucessivamente, no prólogo de *Górgias*, Cálicles: “Górgias acaba de nos fazer ouvir uma série de coisas belas” [πολλὰ γὰρ καὶ καλὰ Γοργίας ἡμῖν ὀλίγον πρότερον ἐπεδείξατο], Querefonte: “Eu obterei dele uma nova sessão” [ἐπιδείξεται ἡμῖν], Cálicles: “ele nos dará uma sessão” [ἐπιδείξεται ὑμῖν], Sócrates: “ele poderá, como você diz, dar-nos esse prazer novamente” [τὴν δὲ ἄλλην ἐπιδείξιν εἰσαυθὶς] (Croiset, Paris, Belles Lettres), e encontramos a variação “apresentação” / “demonstração” (Canto, Paris, Flammarion).

⁶⁹ Basta se reportar ao §7 de *O Ser e o Tempo* de Martin Heidegger.

ou demonstração de multidão), uma manifestação, uma exposição⁷⁰. Mas também mostrar “ainda mais”, mostrar “mais” de algo na ocasião dessa publicidade: expondo um objeto, servimo-nos disso que mostramos como exemplo ou paradigma, nós o “superestimamos” – “fazer de uma mosca um elefante”, diz Luciano, em consonância com a prática de elogios paradoxais, o da calvície e como aquele do “jarro”, contemporâneo, por um Francis Ponge reivindicando a *hubris* também para si, “sem vergonha”. E assim se mostra a si mesmo “ainda mais”, como orador de talento, capaz de argumentos contrários, ou como verdadeiro “poeta”, ou seja: fazedor. Está em jogo, em sentido amplo, uma “performance”, improvisada ou não, escrita ou falada, mas sempre relacionado ao aparato, à audiência, ao público; e, em sentido restrito muito precisamente codificado pela retórica de Aristóteles, o “elogio” ou a “culpa” que diz o que é belo ou o que é vergonhoso e visa ao prazer, isto é, a eloquência epidítica (diferente da eloquência do conselho, que diz o que é útil ou o que é nocivo e se apoia no futuro, e do processo que diz o que é justo ou injusto e se apoia no passado).

Com a sofística, os dois sentidos de performance e de elogio se conjugam e amplificam um ao outro: a mais memorável *epideixis* de Górgias (o *one man show* que o tornou conhecido em Atenas, isto é, para sempre e no mundo inteiro) é a *epideixis* do *Elogio de Helena*, em que “louvando o louvável e culpando o culpável”, ele teve sucesso em inocentar ninguém menos que aquela que todos acusam desde Homero. O suplemento da δειξις que é a ἐπίδειξις chega a tornar o fenômeno em seu contrário: o objeto se torna aos olhos de todos, logo objetivamente, o efeito da onipotência do λόγος. De outra parte, essa é a razão porque todo elogio é ao mesmo tempo, e mesmo antes de tudo, um elogio do λόγος – e foi daí que partimos: “O discurso é um grande soberano que, com o menor e mais inaparente dos corpos, performa os atos mais divinos” (§8).

Eu gostaria de sublinhar que se trata, além da logologia sofística, de um momento de invenção política: a performance consiste em passar da comunhão em valores da comunidade (aí incluído a comunhão de valores

⁷⁰ Uma das ocorrências mais instrutivas do termo “fora da retórica” em Aristóteles é aquela que concerne à *epideixis* do grande ancião Thales, que faz vingança sobre a submissa Trácia: “Como se repreende a inutilidade da filosofia por causa de sua pobreza, conta-se que, tendo previsto que haveria uma colheita abundante de olivas graças aos seus conhecimentos em astronomia, ele gastou, ainda no inverno, o pouco dinheiro de que dispunha pagando calção para alugar todas as prensas de azeite de Mileto e Quios; na falta de qualquer licitante, ele as locou a baixo preço. Chegado o momento, como se procurava ao mesmo tempo e sem demora muitas prensas, ele as sublocou ao preço que ele queria; graças à grande fortuna que reuniu, ele provou que é fácil para os filósofos enriquecer quando desejam, mas que esse não é o seu objeto de zelo” (Aristóteles, *Política*, 1259a 9-18, trad. Aubonnet modificada). Tales, conhecendo a previsão e a lei da oferta e da procura, considerando o curso do tempo (e assim o curso dos valores) e não a iminência do momento presente, inventou o monopólio: ao fazer isso, diz-se “fazer *epideixis* – mostrar, provar, expôr – de sua sabedoria” (19). (Aristóteles, *Política*, 1259a)

partilhados da língua, por meio do sentido das palavras e das metáforas, como sublinha Nietzsche⁷¹) para a criação de novos valores.

Os dois primeiros parágrafos do *Elogio de Helena* testemunham essa passagem e começam a produzi-la:

(1) Ordem, para a cidade, é a excelência dos seus homens, para o corpo, a beleza, para a alma, a sabedoria, para a coisa que se faz, o valor, para o discurso, a verdade. Seu contrário é a desordem. Homem, mulher, discurso, obra, cidade, coisa, é preciso, para o que for digno de elogio, fazer a honra de um elogio; para o que for indigno de elogio, destinar-lhe uma culpa; pois culpar o louvável ou louvar o culpável é do mesmo erro e da mesma ignorância.

(2) Ao mesmo homem é próprio dizer com retidão o que for necessário e contradizer [...] esses que culpam Helena, mulher que reúne, em uma única voz e uma única alma, a crença dos ouvintes dos poetas e o ruído de um nome que carrega lembrança de desgraças. Eu quero, dando lógica ao discurso, fazer cessar a acusação contra essa de quem se ouve tanto mau, demonstrar que os que culpam se enganam, mostrar a verdade e pôr fim à ignorância.

(82) DK 11 §8, t. II, p. 288s.; tradução da autora)

É assim que a liturgia (κόσμος, κάλλος, σοφία, ἀρετην, ἀληθεία) se abre, por meio da maneira pela qual um “eu” dá λογισμόν ao λόγος – “venham passar de um lado a outro em meu discurso”⁷² –, para um espetáculo que performa um outro mundo.

Parece-me que nós estamos mais perto da fronteira instável entre “perlocucionário”, com efeito retórico sobre o outro *by saying*, subjetivo, poder-se-ia dizer (Austin fala, deve-se lembrar, de “atos que nós provocamos ou realizamos através do fato de dizer uma coisa, e.g. convencer, persuadir, impedir e mesmo surpreender ou induzir ao erro”⁷³), e “ilocucionário”, o mais “ativo” dos atos de linguagem, capaz de mudar diretamente o estado do mundo *in saying*, e que transborda, em todo caso, o perlocucionário com

⁷¹ “Até agora, nós só ouvimos falar da obrigação que a verdade impõe para existir: ser verídico é empregar as metáforas usuais; então, em termos de moral, nós ouvimos falar da obrigação de mentir conforme uma convenção sólida, de mentir gregariamente num modo constrangedor a todos. O homem certamente esquece que é assim no que lhe concerne; ele mente, portanto, de maneira determinada e segundo costumes centenários – e precisamente graças a essa inconsciência e a esse esquecimento, ele chega ao sentimento da verdade. Sobre esse sentimento de ser obrigado a designar algo como ‘vermelho’, uma outra como ‘fria’, uma terceira como ‘muda’, se revela uma tendência moral à verdade” (NIETZSCHE, 1969, p. 183).

⁷² *Phere dê pros allon ap'allou metastô logon*, *ibid.*, §9 (82 B 11 DK, II, p. 290, l. 25): é assim que Górgias demarca seu elogio à poesia, chamando atenção para o ato de linguagem em vias de se realizar e de operar.

⁷³ Austin, fr. p. 119.

algo como um imediato ou objetivo efeito-mundo, que não é absurdo chamar de “força”. De toda maneira, de Eurípides a Offenbach ou Hoffmansthal, eu não saberia dizer se a inocência de Helena é doravante um valor ou um fato.

PERSPECTIVAS DE TRABALHO

Uma genealogia do performativo: “Eu te abraço os joelhos” / “Este é o meu corpo” / “A sessão está aberta”

Eu gostaria de indicar, para concluir, as duas direções que comecei a explorar servindo-me dessa “confusão” austiniana como de um trampolim.

A primeira é uma genealogia do performativo, em sua relação com a performance e o ato de linguagem total. Austin, apoiando-se em Jespersen e sua concepção muito discutível de uma “linguagem primitiva”, sugere que “historicamente, do ponto de vista da evolução da linguagem, o performativo não apareceria senão depois de certas enunciações mais primárias”, sob forma particular de “performativos implícitos, incluídos (enquanto partes de um todo) na maioria dos performativos explícitos [...] (‘eu farei’ por exemplo teria aparecido antes de ‘prometo que farei’)”⁷⁴; com o constativo e o performativo, não se trataria tanto de “dois polos”, mas de uma “evolução histórica”. Proponho se distinguir, de minha parte, três períodos ou três modelos de performativos em sentido restrito, que podem evidentemente entrar em descoberta. Um performativo pagão, poético e político, um performativo cristão, religioso e sacramentário, e um performativo secularizado, socializado ou sociologizado. Eles constituem três modelos que podemos exemplificar assim: “Eu te abraço os joelhos” / “Este é o meu corpo” / “A sessão está aberta”.

O primeiro é certamente o menos comum, e por isso eu vou me demorar nele um instante. É o κερδαλέον ὕμθος, sobre κέρδος, “ganho, benefício, vantagem”, esse “discurso vencedor” que Ulisses dirige a Nausícaa quando ele a vê: “eu te abraço os joelhos”, diz ele ao invés de abraçar-lhe os joelhos, de acordo com a atitude gestual de um suplicante, pois ele diz ainda: “temo ir te abraçar os joelhos”⁷⁵. Dizer: a única maneira de os abra-

⁷⁴ Austin, fr. p. 92, depois p. 149.

⁷⁵ “Ante Odisseu se detém, enquanto ele reflete, indeciso, // se, suplicante, os joelhos da bela menina abarcasse, [γούνων λίσσοιτο λαβών] // ou, como estava, de longe a implorasse com termos melífluos, // para mostrar-lhe a cidade e, também, qualquer roupa ceder-lhe. // Tendo assim, pois, refletido, afinal pareceu-lhe mais certo // de onde se achava, de longe, afetuosa linguagem falar-lhe, // não fosse a jovem zangar-se, ao querer abraçar-lhe os joelhos. [γούνα λαβόντι] // Por isso tudo, dá início ao discurso afetuoso e pensado: [μειλίχιον καὶ κερδαλέον φάτο ὕμθον] // ‘Os joelhos ora te abraço [γουνούμῃσι σε], senhora; é mortal ou divina?’ [...] pois meus olhos jamais contemplaram tão

çar, nu como está com o ramo de folhas que ele segura tapando seu sexo (e que ele deixará...), sem assustar a jovem moça. Esse κερδαλέον υἱός que Ulisses acaba de proferir não é um ato de linguagem que se parece muito com o performativo? Em suma, esse ato entrará na mesma categoria dos *behabitives*, “comportativos” ou “comportamentais”: “‘Je vous salue’ pode vir a substituir o próprio ‘salut’, e se transformar em uma enunciação performativa pura. Dizer ‘je vous salue’ é saudar você”⁷⁶. A condição de delimitar que Ulisses aparece como o “inventor”, por certo não porque ele inventasse o primeiro ‘salut’, que basta para uma saudação, a primeira súplica sem gesto de suplicar, mas porque ele (Ulisses/Homero) chama atenção para a substituição do ato real, o ato da coisa, pelo ato de fala, e para a vantagem dessa substituição. Com Ulisses e Homero, parece-me que está em jogo um performativo “pagão”, “pagão” remetendo às condições de felicidade que se pode esboçar da maneira seguinte. O cosmos é necessário a essa invenção, em todo caso, essa invenção se faz dentro de um quadro de analogia cósmica e de permeabilidade homem-deus. Ulisses, o divino, é um leão das montanhas, um homem viril e nu, espólio das ondas; Nausícaa é uma jovem moça, uma deusa ou uma mortal, o tronco jovem de uma palmeira próximo a um altar de Delos a que Ulisses, perturbado, a compara – o κερδαλέον υἱός, pode-se sentir, é a invenção de um homem para uma mulher, a maneira menos assustadora de abraçá-la nos joelhos, com o gesto do suplicante que, segundo as “considerações venturosas de Onians”⁷⁷, dirige-se ao poder de criar (γίγνομαι), ao joelho (γόνυ), a sede da potência vital. Mas, sobretudo, o pagão só precisa da autorização de si mesmo, ele é a autoridade legítima de si mesmo; mais distante do monoteísmo, um pagão – essa será a minha definição – é aquele que supõe que o outro, aquele ou aquela que vem de frente, pode ser um deus. Ele diz a ela: eu te abraço os joelhos, “sejas tu deusa ou mortal”, e ela se diz “agora, ele se parece com os deuses dos cam-

nobre vergontea // entre quaisquer mortais; reverente me deixa tua vista. // Uma só vez coisa igual contemplei: junto às aras de Apolo, // na ilha de Delo, rebento viçoso de esbelta palmeira. [...] Da mesma forma fiquei muito tempo enlevado em mirá-la, // pois uma planta como essa jamais pela terra nascera. // Dessa maneira te admiro, mulher, extasiado, mas temo // ir abraçar-te os joelhos [δεῖδιαι δ' αἰνῶς γούνων ἄψασθαι], conquanto por males premido.” *Odisséia* VI, v. 141-149, depois 160-169, trad. de Carlos Alberto Nunes (grifo sugerido pela autora). Desenvolvi pela primeira vez essa tese em “dieux, Dieu”, (CASSIN, 2006a) e na primeira parte de “Sophistique, performance, performatif” (CASSIN, 2007), p. 30-36. Veja também F. Létoublon, “La supplication comme rituel chez Homère: le geste et la parole” (no prelo); eu estou perfeitamente de acordo, especialmente com a sua análise de γουνοῦμαι αἶ, “eu te abraço os joelhos”.

⁷⁶ Austin, trad. fr. p. 100 [ingl. p. 81]; sobre os “comportamentais” em geral, veja a quarta parte da última conferência. [N.T. Mantive as fórmulas em francês, pois não é corrente o uso de saudações como essas em português.]

⁷⁷ É assim que Chantraine, sv *gonu*, remete a R.B. Onians, *The Origins of European Thought about the Body, the Mind, the Soul, the World, Time and Fate*, Cambridge UP, 1951, p. 174-183 (trad. *Les Origines de la pensée européenne*, Seuil, 1999).

pos celestiais” (VI, 243). Jean-François Lyotard tem razão em afirmar: “Um deus pagão é, por exemplo, um narrador eficaz”⁷⁸. Pois cada um é autor, só precisa de seu próprio aval, de modo que ele se permite, com a autorização do seu poder, ser um deus.

Passemos, então, a compreender esse performativo pagão em contraste com o originário “*Fiat lux*” das religiões do livro, e seus sucedâneos sacramentais como “Este é o meu corpo” – este é meu corpo somente porque Deus, o Deus único, o diz e me autoriza a dizê-lo, com a garantia de sua instituição, a Igreja. E em contraste com o moderno: “Eu declaro a sessão aberta”, em que a condição de felicidade pertence à autoridade judiciária que me é conferida e à organização de toda a sociedade⁷⁹. Uma história de grande duração, portanto, que se traçará a largos traços.

ENUNCIÇÃO E SIGNIFICANTE

“O que se diz permanece esquecido atrás do que foi dito naquilo que foi ouvido”^x. Jacques Lacan escreveu essa fórmula no quadro-negro para servir de começo no “*LEtourdit*”⁸⁰. “O que se diz”: trata-se ao mesmo tempo de um ato de fala e de uma enunciação, *speech act* e *utterance*, duas “entidades” que mantêm uma relação ao menos tão complexa e menos teorizada por Austin que a performance e o performativo. Outro grande canteiro é, para mim, compreender em que as categorias austinianas e sua maneira de recolocar em questão os dois fetiches em benefício da “felicidade” iluminam essa prática da linguagem que é a psicanálise⁸¹.

Podemos partir de Benveniste, tomando sua definição de performativo: “O enunciado é o ato”, e seu deslumbramento quanto à singularidade da psicanálise, proclamada por Lacan como um bom diagnóstico: “Qual é então essa ‘linguagem’ que tanto age quanto exprime?”⁸². Esse deslumbramento tem como ponto de partida o artigo que Freud publica em 1910 “A significa-

⁷⁸ Lyotard, 1977, ver em particular p. 43-49.

⁷⁹ Falta evidentemente ponderar a “virtude performativa” da linguagem e “a autoridade do exterior”, conforme a injunção de Pierre Bourdieu. A *vis performativa* está ancorada, para ele, não “nas propriedades intrínsecas do próprio discurso”, mas “nas condições sociais de produção e reprodução [...] de reconhecimento da língua legítima” (BORDIEU, 1982, p. 113). Veja também Thomas Bénatouil, “Comment faire de la liberté avec les mots”, p. 129-133 (no prelo).

⁸⁰ “*LEtourdit*”, (LACAN, 1973).

⁸¹ Austin acaba por falar da verdade como de uma “dimensão” complementar da enunciação constativa: “so we have here a new dimension of criticism of the accomplished statement” (140, cf. fr. p. 144).

⁸² Benveniste, 1966, cap. VIII, p. 77.

ção antitética das palavras primitivas”⁸³: a consciência do performativo está, desse modo, ligada desde o início a isso que chamo de homonímia motivada. Benveniste conclui que “O inconsciente utiliza uma ‘retórica’ genuína, que, como o estilo, tem suas figuras, e o velho catálogo de tropos fornecerá um inventário apropriado aos dois registros da expressão”⁸³. Linguagem como ato, homonímia, retórica, metáfora, metonímia: puxamos um fio e vem a roca.

Evidentemente, esse é o fio que Lacan performa – fabrica ao mesmo tempo que o descreve. Um dos pontos de capitonê^{xii} unem a enunciação e o significante na escansão da interpretação. O enredamento singular de *L’Etourdit*, que torna o texto ilegível para um aristotélico, coloca a homonímia em seu lugar, não somente enunciada mas inscrita (o título, “L’Etourdit” [“O aturdido”^{xiii}], o diz e o escreve) sob a égide do ato de linguagem. Por meio do que “uma língua, entre outras, – diz Lacan acerca das línguas do inconsciente – não é nada além da totalidade dos equívocos que sua história deixou passar”⁸⁴. Os aristotélicos sabem que nesse ponto toca no princípio de não contradição e sua colocação em xeque pelo *legein logou kharin*, “falar pelo prazer de falar”/“falar em vão”, que remete à parte lacaniana da psicanálise.

Tal é o conjunto, ligado à percepção sofística da linguagem, que as categorias austinianas em toda força de sua bricolagem podem nos ajudar a refletir.

TEXTO DE APRESENTAÇÃO DO AUTOR E DA TRADUÇÃO

Barbara Cassin é uma estudiosa helenista reconhecida pelo seu trabalho com a corrente filosófica sofística (séc. V-IV a.C.), que conta com pensadores como Górgias, Protágoras, Pródicos, Hípias, entre outros. Essa escola por muito tempo viveu à margem tanto da filosofia quanto da reflexão sobre a linguagem porque era reduzida a uma classe de professores de retórica exploradores. Guardadas as devidas particularidades de cada pensador, o pensamento sofista se baseia na autonomia do discurso (o *logos*) em relação à realidade: o discurso não é *per se* verdadeiro nem falso, pois a realidade não está decalcada no discurso, mas é ele quem molda a realidade à medida que comunica a percepção que o seu usuário tem da realidade. O artigo que apresentamos aqui traduzido para o português, *La performance avant le performatif ou la troisième dimension du langage*, fará parte de uma coletânea organizada pela própria autora e pelo Prof. Carlos Lévy: *Genèse*

⁸³ *Ibibem*, p. 86.

⁸⁴ “L’Etourdit”, art. cit., p. 47.

de l'acte de parole, a ser publicada pela casa editorial Brepol Publishers no início de 2011. Assim como outros também de autoria de Barbara Cassin (cf. *Sophistique, Performance, Performatif* (CASSIN, 2007)), o presente artigo tem o mérito de colocar em discussão os conceitos modernos da teoria austiniana dos atos de fala e a percepção grega da linguagem, em especial do ponto de vista sofisticado. Esse diálogo permite compreender melhor os dois lados da moeda: a abordagem antiga e a abordagem contemporânea. Esta tradução para o português traz para a comunidade científica brasileira de ambas as áreas, a filosofia clássica e a pragmática da linguagem cotidiana, um texto a ser discutido interdisciplinarmente.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J.L. "Performatif-constatif". In: *La Philosophie analytique*. Paris: Minuit, 1962, p. 271-281.

_____. *Quand dire, c'est faire*. Trad. e introd. de Gilles Lane. Paris: Éd. de Seuil, 1970.

_____. *How to do things with words*. 2. ed. ingl. Oxford: Oxford UP, 1980.

_____. *Ecrits philosophiques*. Trad. de Lou Aubert e A.-L. Hacker. Paris: Éd. de Seuil, 1994.

ARENDT, H. "La brèche entre le passé et le futur". In: *La crise de la culture*. Paris: Gallimard, 1972, p. 12-27.

BÉNATOUÏL, T. "Comment faire de la liberté avec les mots". In: CASSIN, B.; LÉVY, C. (Eds.) *Genèse de l'acte de parole*. Paris: Brepols Publ., no prelo.

BENVENISTE, E. La philosophie analytique et le langage. *Les Études philosophiques*, n. 1, p. n/a. jan.-mar. 1963, [reimpresso em *Problèmes de linguistique générale*, ch. XXIII. Paris: Gallimard, 1966.]

_____. "Remarques sur la fonction du langage dans la découverte freudienne" In: *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard, 1966.

BORDIEU, P. "Language et pouvoir symbolique". In: *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

CASSIN, B. *Si Parménide*. Paris; Lille: P.U.L-M.S.H., 1980.

_____. *L'Effet sophistique*. Paris: Gallimard, 1995.

_____. *Parménide: sur la nature ou sur l'étant. Le grec, langue de l'être?* Paris: Ed. de Seuil; Points-Bilingues, 1998.

_____. *Voir Hélène en toute femme*. D'Homère à Lacan. Illustrations de M. Matieu. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2000.

_____. *O Efeito Sofístico*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *dieux, Dieu. Critique*: "Dieu". v. LXII, n. 704-705, p. 7-18, jan.-fev. 2006.

_____. *Sophistique, performance, performatif*. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, n. 2006/4, 2007.

_____. "La performance avant le performatif ou la troisième dimension du langage". In: CASSIN, B.; LÉVY, C. (Eds.) *Genèse de l'acte de parole*. Paris: Brepols Publ., no prelo.

CASSIN, B.; NARCY, M. *La Décision du sens*: le livre "Gamma" de la "Metaphysique" d'Aristote. Paris: Vrin, 1998.

CAVELL, S. "La passion" In: J. BENOIST et al. (Ed.). *Quelle philosophie pour le XXIème siècle, L'Organon du nouveau siècle*. Trad. Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Gallimard; Centre Pompidou, 2001. p. 334-386.

CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*: histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1968.

DERRIDA, J. "Signature, évènement, contexte". In: *Marges de la Philosophie*. Paris: Minuit, 1972, p. 365-393.

HAVEL, V. *L'amour et la vérité doivent triompher de la haine et mensonge*. Trad. de Jan Rubens. La Tour-d'Aigues: Ed. de l'Aube, 2007.

HOMERO. *Odisseia*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 2000.

LACAN, J. "Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines". *Scilicet*, n. 6/7, 1976.

_____. "L'Etourdit". In: *Scilicet*, v. 4, 1973, p. 5-52. [reimpresso em *Autres Ecrits*. Paris: Éd. de Seuil, 2001, p. 449-495.]

_____. "O aturdito". In: *Outros escritos*. (1972). Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. p. 448-497.

LÉTOUBLON, F. "La supplication comme rituel chez Homère: le geste et la parole". In: CASSIN, B.; LÉVY, C. (Eds.) *Genèse de l'acte de parole*. Paris: Brepols Publ., no prelo.

LYOTARD, J.-F. *Instructions païennes*. Paris: Galilée, 1977.

_____. *Le Différend*. Paris: Minuit, 1983.

MULHALL, S. Sous l'effet d'une transformation marine: crise, catastrophe et convention dans la théorie des actes de parole. *Revue de Métaphysique et de Morale*, v. 2, n. 42, p. 305-323, 2004.

NIETZSCHE, F. Sur la vérité et mensonge au sens extra-moral. In: *Le Livre du Philosophie*. Trad. de Angèle Kremer Marietti. Paris: Aubier Flammarion, 1969.

SCHIPPA, E. "Rhétorikê, what's in a name. Toward a revised history of early greek historical theory". *Quarterly Journal of Speech*, v. 78, p. 2-15, fev. 1992.

_____. *The Beginning of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale UP, 1999.

NOTAS DO TRADUTOR

ⁱ A escolha pelo termo *discours* inclui todas as distinções que já se fizeram em torno desse termo. Pode-se dizer que o mesmo ocorre com o termo “discurso” em português.

ⁱⁱ *surtraduire*.

ⁱⁱⁱ *parachever* ‘concluir, completar’.

^{iv} *produire “à nouveau”* produzir “novamente, mas de maneira nova”, em oposição a *de nouveau*, que seria meramente fazer “de novo”. O prefixo *ana-* indica movimento para trás, mas não cíclico: retorno, inversão; e também movimento para cima, como esclarece o exemplo seguinte da autora.

^v *compter deux, compter trois*: contar, no sentido de computar, enumerar as entidades componentes. Essa expressão é recorrentemente utilizada pela autora.

^{vi} Foi adotada a estratégia de não citar a edição brasileira página a página, pois tal correspondência entre a edição brasileira e a francesa é difícil de ser traçada. A própria autora afirma na apresentação da edição brasileira: “O presente livro nada tem a ver com a sua ‘versão francesa’, *L’Effet Sophistique*, publicado pela Gallimard em 1996.” (*O Efeito Sofístico*, São Paulo: Editora 34, 2005, p. 7). Assim, quando a autora cita a edição francesa, procuramos orientar o leitor para possíveis consultas na edição brasileira (*O Efeito Sofístico*, São Paulo: Editora 34, 2005) a respeito do assunto em questão.

^{vii} Não fica claro de que modo a oitava conferência faz parte do último terço do livro, visto que o último terço – isto é, as últimas quatro conferências dentre as doze totais – seria composto pelas conferências IX, X, XI e XII.

^{viii} Essa expressão idiomática utilizada por Austin, *to play Old Harry*, significa algo como ‘brincar de diabo’ (Old Harry é um dos nomes para diabo), ‘fazer diabruras’, ‘fazer mal’. A autora traduziu por *en faire voir des vertes et des pas mûres*, ‘ao fazer ver os verdes e os imaturos’, tradução que ela justifica como sendo o equivalente da expressão inglesa no dicionário *Robert et Collins*.

^{ix} *parole*.

^x “*Qu’on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s’entend*”.

^{xi} “*Sur les sens opposés des mots primitifs*”, literalmente “Sobre os sentidos opostos das palavras primitivas”.

^{xii} Capitonê é uma técnica de estofaria, que consiste em aplicar botões distribuídos simetricamente em disposição de quadrados em pé e acaba por assemelhar-se a uma teia ou uma colmeia.

^{xiii} LACAN, Jacques. “O aturdido”. In: *Outros escritos*. (1972). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 448-497.

Submetido em 30/11/2010

Aceito em 22/01/2011